



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PAUTA DA 4ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**22/03/2023
QUARTA-FEIRA
às 11 horas**

**Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Zenaide Maia**



Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 22/03/2023.**

4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quarta-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PL 4396/2019 - Terminativo -	SENADORA MARA GABRILLI	10
2	PL 678/2019 - Não Terminativo -	SENADOR NELSINHO TRAD	27
3	PL 5970/2019 - Não Terminativo -	SENADOR FABIANO CONTARATO	38
4	PL 357/2020 - Não Terminativo -	SENADOR ROMÁRIO	48
5	SUG 11/2019 - Não Terminativo -	SENADOR FABIANO CONTARATO	58
6	SUG 34/2019 - Não Terminativo -	SENADOR ALESSANDRO VIEIRA	65

7	SUG 9/2022 - Não Terminativo -	SENADOR FABIANO CONTARATO	72
8	REQ 8/2023 - CDH - Não Terminativo -		87
9	REQ 13/2023 - CDH - Não Terminativo -		89
10	REQ 14/2023 - CDH - Não Terminativo -		92
11	REQ 15/2023 - CDH - Não Terminativo -		95
12	REQ 16/2023 - CDH - Não Terminativo -		98

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PT, PSD)			
Mara Gabrilli(PSD)(2)	SP 3303-2191	1 Otto Alencar(PSD)(2)	BA 3303-1464 / 1467
Zenaide Maia(PSD)(2)	RN 3303-2371 / 2372 / 2358	2 Lucas Barreto(PSD)(2)	AP 3303-4851
Jussara Lima(PSD)(2)	PI 3303-5800 / 5801 / 5809	3 Dr. Samuel Araújo(PSD)(2)	RO 3303-6148
Augusta Brito(PT)(2)	CE 3303-5940	4 Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS 3303-6767 / 6768
Paulo Paim(PT)(2)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230	5 Eliziane Gama(PSD)(2)	MA 3303-6741
Humberto Costa(PT)(2)	PE 3303-6285 / 6286	6 Fabiano Contarato(PT)(2)	ES 3303-9054
Flávio Arns(PSB)(2)	PR 3303-6301	7 Ana Paula Lobato(PSB)(2)	MA 3303-2967
Bloco Parlamentar Democracia(PDT, MDB, PSDB, REDE, PODEMOS, UNIÃO)			
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)	AP 3303-6777 / 6568	1 Soraya Thronicke(UNIÃO)(3)	MS 3303-1775
Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO 3303-5990	2 Marcio Bittar(UNIÃO)(3)	AC 3303-2115 / 2119 / 1652
Renan Calheiros(MDB)(3)	AL 3303-2261	3 VAGO(3)(6)	
Ivete da Silveira(MDB)(3)	SC 3303-2200	4 Weverton(PDT)(3)	MA 3303-4161 / 1655
Carlos Viana(PODEMOS)(3)	MG 3303-3100	5 Alessandro Vieira(PSDB)(3)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Leila Barros(PDT)(3)	DF 3303-6427	6 VAGO	
Izalci Lucas(PSDB)(3)	DF 3303-6049 / 6050	7 VAGO	
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Magno Malta(PL)(1)	ES 3303-6370	1 Laércio Oliveira(PP)(1)	SE 3303-1763 / 1764
Romário(PL)(1)	RJ 3303-6519 / 6517	2 Cleitinho(REPUBLICANOS)(1)	MG 3303-3811
Dr. Hiran(PP)(1)	RR 3303-6251	3 VAGO(1)	
Damarens Alves(REPUBLICANOS)(1)	DF 3303-3265	4 VAGO	
Eduardo Girão(NOVO)(5)	CE 3303-6677 / 6678 / 6679	5 VAGO	

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damarens Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- (3) Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- (5) Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- (6) Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: TERÇAS-FEIRAS 12 HORAS
 SECRETÁRIO(A): MARIANA BORGES FRIZZERA PAIVA LYRIO
 TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-2005
 FAX: 3303-4646

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-2005
 E-MAIL: cdh@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 22 de março de 2023
(quarta-feira)
às 11h

PAUTA
4ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA - CDH

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4396, DE 2019

- Terminativo -

Altera o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), para determinar que os comandos manuais obrigatórios nos veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos sejam de freio e de acelerador, e não de freio e de embreagem.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CAE.

Observações:

Tramitação: CAE e terminativo nesta CDH;

- Em 30/11/2021, a matéria foi aprovada na CAE com três Emendas;

- Em 15/03/2023, foi lido o relatório e adiadas a discussão e votação.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Parecer \(CAE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 678, DE 2019

- Não Terminativo -

Institui o Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 15 da lei 12.852, de 5 de agosto de 2013.

Autoria: Senador Weverton

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CDH\)](#)

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5970, DE 2019

- Não Terminativo -

Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pendente do relatório.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e terminativo na CCJ.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

ITEM 4**PROJETO DE LEI Nº 357, DE 2020****- Não Terminativo -**

Acrescenta Seção IV ao Capítulo VI da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever a atividade de apoio às Pessoas com Deficiência na inserção e manutenção do trabalho e do emprego.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

ITEM 5**SUGESTÃO Nº 11, DE 2019****- Não Terminativo -**

Fisioterapeutas com piso salarial de R\$ 4.800,00 por 30 horas semanais

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

[Sugestão](#) (CDH)

ITEM 6**SUGESTÃO Nº 34, DE 2019****- Não Terminativo -**

Não constituir crime o comércio de sementes para cultivo de Cannabis

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela rejeição da sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo](#) (CDH)

[Sugestão](#) (CDH)

ITEM 7

SUGESTÃO Nº 9, DE 2022**- Não Terminativo -***"Requer piso salarial para as ASB e TSB de 2 salários mínimos".***Autoria:** Programa e-Cidadania**Relatoria:** Senador Fabiano Contarato**Relatório:** Favorável à sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta.**Observações:***Tramitação: CDH.***Textos da pauta:**[Relatório Legislativo](#) (CDH)[Sugestão](#) (CDH)**ITEM 8****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 8, DE 2023***Requer a realização de um ciclo de audiências públicas para debater a SUG 12/2018.***Autoria:** Senador Paulo Paim**Textos da pauta:**[Requerimento](#) (CDH)**ITEM 9****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 13, DE 2023***Requer nos termos regimentais, a realização de um ciclo de audiências públicas para debater "A fome no Brasil".***Autoria:** Senador Paulo Paim**Textos da pauta:**[Requerimento](#) (CDH)**ITEM 10****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 14, DE 2023***Requer a inclusão de nomes no REQ 9/ 2023***Autoria:** Senador Eduardo Girão**Textos da pauta:**[Requerimento](#) (CDH)**ITEM 11****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 15, DE 2023***Requer a realização de audiência pública destinada a instruir a SUG 01/ 2020***Autoria:** Senador Eduardo Girão

Textos da pauta:[Requerimento](#) (CDH)**ITEM 12****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA Nº 16, DE 2023**

Requer realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema "A violência Política contra a Mulher e o papel do Poder Legislativo em ações concretas de proteção".

Autoria: Senadora Augusta Brito

Textos da pauta:[Requerimento](#) (CDH)

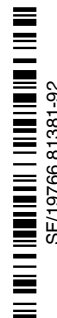
1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), para determinar que os comandos manuais obrigatórios nos veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos sejam de freio e de acelerador, e não de freio e de embreagem.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 52.**

Parágrafo único. O veículo adaptado deverá ter, no mínimo, câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio e de acelerador. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu art. 52 obriga as locadoras de veículos a oferecer um veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de vinte veículos de sua frota. É meritório esse dispositivo, que promove a acessibilidade e a mobilidade das pessoas com deficiência, o que, consequentemente, torna nossa sociedade mais inclusiva.

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

O parágrafo único desse artigo prevê os recursos mínimos que o veículo adaptado deve ter, que são câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio e de embreagem.

Há, evidentemente, um equívoco na redação legal vigente, pois um dos requisitos mínimos previstos, o câmbio automático, dispensa qualquer comando de embreagem, seja ele manual ou não. Enquanto isso, é estranho que seja exigido comando manual de freio, mas não de aceleração. Ora, se uma pessoa com deficiência precisar acionar manualmente os freios, por não poder acionar o pedal correspondente, é óbvio que precisará de comando manual também para o acelerador.

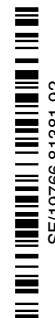
Dessa forma, a norma vigente impõe a oferta de um comando manual desnecessário – o de embreagem – mas não exige a oferta de um comando manual necessário – o de acelerador, que necessariamente acompanha o de frenagem.

Trata-se de erro de redação, facilmente identificável e que pode ser corrigido sem prejuízo do conteúdo da Lei – aliás, a correção proposta aprimora o texto legal, ao suprir uma lacuna propiciada pelo erro em questão. Contudo, a falta dessa correção sujeita as locadoras de veículos a sanções legais pelo descumprimento do comando legal desprovido de lógica, enquanto não garante a acessibilidade das pessoas com deficiência que precisam de comandos manuais de acelerador.

Por essas razões, solicito o apoio dos ilustres Pares a esta proposição.

Sala das Sessões,

Senador PAULO PAIM



SF/19766.81381-92



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4396, DE 2019

Altera o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), para determinar que os comandos manuais obrigatórios nos veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos sejam de freio e de acelerador, e não de freio e de embreagem.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>
- parágrafo 1º do artigo 52



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 30, DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 4396, de 2019, do Senador Paulo Paim, que Altera o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), para determinar que os comandos manuais obrigatórios nos veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos sejam de freio e de acelerador, e não de freio e de embreagem.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar

RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo

30 de Novembro de 2021



PARECER Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 4.396, de 2019, do Senador Paulo Paim, que *altera o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), para determinar que os comandos manuais obrigatórios nos veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos sejam de freio e de acelerador, e não de freio e de embreagem.*



Relator: Senador **VENEZIANO VITAL DO RÊGO**

I – RELATÓRIO

Chega para análise da Comissão de Assuntos Econômicos o PL nº 4.396, de 2019, do Senador Paulo Paim, que “altera o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), para determinar que os comandos manuais obrigatórios nos veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos sejam de freio e de acelerador, e não de freio e de embreagem”.

O projeto consta de apenas dois artigos. O primeiro altera o parágrafo único do art. 52 do Estatuto da Pessoa com Deficiência para determinar que os veículos das locadoras adaptados a essa clientela disponham de “câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio *e de acelerador*” em vez de “câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio *e de embreagem*”, como vigora hoje na Lei. O art. 2º determina um prazo de noventa dias para que a lei que vier a decorrer do projeto entre em vigor.

Na justificção que acompanha a proposta, o nobre autor argumenta que a redação atual do Estatuto está incorreta. De fato, assevera o Senador Paim, “a norma vigente impõe a oferta de um comando manual

desnecessário – o de embreagem – mas não exige a oferta de um comando manual necessário – o de acelerador”, tratando-se, pois “de erro de redação, facilmente identificável e que pode ser corrigido sem prejuízo do conteúdo da Lei”.

O PL nº 4.396, de 2019, foi distribuído à CAE e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a quem cabe decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Focaremos nossa análise nas questões de mérito da proposta, deixando para a CDH, a quem compete a decisão terminativa, observar se o PL atende aos requisitos formais de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa.

Ao se analisar o texto vigente do parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 2015, verifica-se claro equívoco em sua redação, conforme apontado pelo nobre Senador Paulo Paim. De fato, não faz sentido falar-se em comando de embreagem em veículos com caixa de câmbio automática, pois seu funcionamento dispensa a intervenção do usuário para além de selecionar o modo adequado (em geral representado pela letra “D”) no início do funcionamento do veículo. Assim, por esse prisma, é correta a troca de comando manual “de embreagem” por de “acelerador” no texto da Lei mencionada.

Contudo, esse ajuste não é suficiente nem para garantir a razoabilidade da norma em questão, nem para assegurar maior acessibilidade em favor das pessoas com deficiência, que é o que pretende o nobre Senador Paim.

Se, por um lado, é importante garantir a oferta de veículos acessíveis, também é verdadeiro que pessoas com deficiências distintas precisam de adaptações diferentes, havendo uma diversidade considerável de recursos para alcançar esse fim, tais como câmbio automático, manoplas, controles de aceleração e frenagem no volante, extensores de pedais e assentos de elevação, entre outros.

Seria, portanto, mais razoável estabelecer que o regulamento especifique quais e como serão feitas tais adaptações. De fato, a multiplicidade de adaptações possíveis e a eventual necessidade de combiná-

las uma ou mais entre si torna praticamente impossível à lei descrever um veículo que seja adaptado a vários tipos de deficiência, inclusive porque algumas delas e as respectivas adaptações necessárias são incompatíveis entre si (por exemplo, a necessidade de comandos manuais para pessoas com deficiências que afetem os membros inferiores, e de comandos acionados pelos pés para as pessoas com deficiências que afetem os membros superiores).

Além disso, o rápido avanço tecnológico no setor automotivo arrisca tornar obsoleta, em alguns anos, mesmo a correção que estamos aqui analisando. Vejam, pois, que poucos carros hoje contam com direção *hidráulica*, já que a tecnologia evoluiu para uma direção com assistência *elétrica*, que é o que a maioria dos carros novos hoje dispõe. Exigir “câmbio automático”, também, pode ser fonte de obsolescência, já que os carros elétricos (que são o futuro do setor) em geral dispensam por completo a própria caixa de câmbio, logo, não faz sentido falar-se de câmbio, seja automático ou manual, e muito menos em embreagem. Na mesma linha, com o avanço da tecnologia de automação veicular, prevê-se que os veículos, que serão autônomos, sequer contem com controles de aceleração e de frenagem.

Por essas razões, é importante deixar as minúcias tecnológicas à regulamentação, em função de sua intrínseca natureza transitória, constante evolução e necessário detalhamento, que é o que propomos ao fim de nosso relatório. Assim, neste primeiro momento, o regulamento poderá prever a necessidade do câmbio automático, mas tão logo os carros elétricos se tornem comuns, essa exigência poderá ser suprimida de maneira mais simples, sem a necessidade de aprovação das duas Casas do Parlamento.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** do PL nº 4.396, de 2019, com as alterações decorrentes das seguintes emendas:

EMENDA 1 - CAE

Dê-se à ementa do PL nº 4.396, de 2019, a seguinte redação:

“Altera o art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência)*, para remeter as especificações dos

veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos à regulamentação.”

EMENDA 2 - CAE

Dê-se ao art. 1º do PL nº 4.396, de 2019, a seguinte redação:

“**Art. 1º** O art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 52.** As locadoras de veículos são obrigadas a oferecer um veículo adaptado, para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de vinte veículos de sua frota, na forma do regulamento.’
(NR)”

EMENDA 3 - CAE

Inclua-se um art. 3º no PL nº 4.396, de 2019, com a seguinte redação:

“**Art. 3º** Revoga-se o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
Eduardo Braga (MDB)		1. Marcio Bittar (PSL)	
Renan Calheiros (MDB)		2. Luiz do Carmo (MDB)	Presente
Fernando Bezerra Coelho (MDB)		3. Jader Barbalho (MDB)	
Maria Eliza (MDB)	Presente	4. Eduardo Gomes (MDB)	
Veneziano Vital do Rêgo (MDB)	Presente	5. VAGO	
Flávio Bolsonaro (PATRIOTA)	Presente	6. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente
Eliane Nogueira (PP)	Presente	7. Esperidião Amin (PP)	Presente
Kátia Abreu (PP)	Presente	8. VAGO	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)			
José Aníbal (PSDB)	Presente	1. Plínio Valério (PSDB)	Presente
Flávio Arns (PODEMOS)	Presente	2. Alvaro Dias (PODEMOS)	
Chiquinho Feitosa (DEM)	Presente	3. VAGO	
Lasier Martins (PODEMOS)	Presente	4. Luis Carlos Heinze (PP)	Presente
Oriovisto Guimarães (PODEMOS)	Presente	5. Roberto Rocha (PSDB)	
Giordano (MDB)	Presente	6. VAGO	
PSD			
Otto Alencar (PSD)	Presente	1. Angelo Coronel (PSD)	Presente
Omar Aziz (PSD)	Presente	2. Antonio Anastasia (PSD)	Presente
Vanderlan Cardoso (PSD)	Presente	3. Carlos Viana (PSD)	
Irajá (PSD)	Presente	4. Nelsinho Trad (PSD)	Presente
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
VAGO		1. VAGO	
Marcos Rogério (DEM)		2. Zequinha Marinho (PSC)	
Wellington Fagundes (PL)	Presente	3. Jorginho Mello (PL)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
Jean Paul Prates (PT)	Presente	1. Paulo Paim (PT)	Presente
Fernando Collor (PROS)		2. Jaques Wagner (PT)	Presente
Rogério Carvalho (PT)	Presente	3. Telmário Mota (PROS)	Presente
PDT/CIDADANIA/REDE (REDE, PDT, CIDADANIA)			
Alessandro Vieira (CIDADANIA)	Presente	1. VAGO	
Cid Gomes (PDT)		2. VAGO	
Eliziane Gama (CIDADANIA)		3. Acir Gurgacz (PDT)	Presente



Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CAE

Data: 30 de Novembro de 2021 (Terça-feira), às 09h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Rodrigo Cunha

Carlos Fávaro

Izalci Lucas

Paulo Rocha

DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 4396/2019)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1 A 3 – CAE.

30 de Novembro de 2021

Senador OTTO ALENCAR

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 4.396, de 2019, do Senador Paulo Paim, que *altera o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), para determinar que os comandos manuais obrigatórios nos veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos sejam de freio e de acelerador, e não de freio e de embreagem.*

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 4.396, de 2019, que altera o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência), para determinar que os comandos manuais obrigatórios nos veículos adaptados oferecidos pelas locadoras de veículos sejam de freio e de acelerador, e não de freio e de embreagem.

E faz isso porque alega haver erro na redação do parágrafo único mencionado, que obriga à disponibilização de comando manual de embreagem após ter determinado a obrigatoriedade do câmbio automático, que não requer embreagem. Assim, em seu art. 1º, a proposição modifica a redação do



parágrafo único do art. 52 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, tornando obrigatória a disponibilização de comando manual para acelerador.

Em seu art. 2º, determina *vacatio legis* de noventa dias para que as instituições tocadas pela medida possam a ela se adaptar.

Não foram apresentadas emendas a esta Comissão.

A proposição foi examinada anteriormente pela Comissão de Assuntos Econômicos, que lhe deu parecer favorável na forma de três emendas, as quais, em conjunto, remetem a ideia normativa da proposição à regulamentação pelo poder Executivo, dadas as frequentes alterações de tecnologia e a combinações de adaptações que a lei não poderia prever e que a regulamentação poderia, por ser mais facilmente atualizada.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de acordo com o inciso VI do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matéria atinente aos direitos das pessoas com deficiência.

A proposição é perfeitamente constitucional, na medida em que apenas altera lei em vigor, de constitucionalidade já largamente examinada, para lhe corrigir o sentido.

Ao corrigir o sentido da formulação legal, a proposição é, não apenas jurídica, como amplia a eficácia da norma que altera, substituindo um comando truncado por outro, límpido e direto.

Quanto ao mérito, não temos razão para discordar dos argumentos do autor. Sua proposta é útil, pertinente e asseguradora, não apenas de direitos, como também da integridade lógica da própria ordem jurídica, que não deve conter afirmações sem sentido, como sói ser o caso do atual parágrafo único do art. 52 da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

O exame que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deu à matéria, aprovando-a e nela reconhecendo mérito substantivo inegável, considerou, entretanto, mais adequado remeter a matéria a regulamento, chegando mesmo a propor a revogação do parágrafo único do art. 52, deixando todas as condições da oferta de veículos adaptados a encargo de norma



infralegal. E isso porque, ao ver da CAE, a rapidez do desenvolvimento tecnológico e as combinações possíveis entre as adaptações a serem disponibilizadas em cada veículo seriam mais bem servidas por normatização em regulamento, que se poderia alterar mais rapidamente conforme os desenvolvimentos, e alcançar maior complexidade na normatização das combinações das adaptações.

A nosso ver, a visão da CAE, ainda que generosa em sua tecnicidade, toma por demasiadamente complexo problema que o texto corrigido da lei resolve perfeitamente. Não restam dúvidas sobre os termos da oferta de veículos acessíveis, o que torna a norma ainda mais exequível e os direitos respectivos, mais assegurados.

São conhecidas as dificuldades que o poder Executivo tem apresentado para regulamentar direitos das pessoas com deficiência. Há diversos regulamentos, a começar pela avaliação biopsicossocial da deficiência, que o poder Executivo já deveria ter editado, mas que ainda não o fez. As emendas apresentadas pela CAE implicam o risco, bastante alto à luz da experiência dos últimos anos, de retirada de direitos do plano legal, caso o regulamento aventado pelas emendas demore, como tem sido o caso.

Ademais, a rapidez da mudança tecnológica não segue o mesmo compasso da mudança social. Dezenas de milhões de automóveis continuarão sendo movidos a combustão e a usarem caixas de câmbio por décadas, ainda. E dezenas de milhões de pessoas com deficiência, na condição de consumidoras, deixariam de ter direitos claros quanto à oferta de veículos adaptados – condição existente hoje, nunca é demais frisar –, se remetêssemos esses direitos a regulamento, sem necessidade.

III – VOTO

Conforme as razões apresentadas, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.396, de 2019, em seus termos originais, com a rejeição das emendas nº 1, nº 2 e nº 3-CAE.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relatora



2

*As Comissões de
Direitos Humanos e
Legislação Participa-
tiva e de Assuntos
Econômicos, em
decisão
terminativa.*



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Weverton Rocha

CDH e CAE/DT

Em 11

Institui o Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 15 da lei 12.852, de 5 de agosto de 2013.

Projeto de Lei nº 678 de 2019

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 15 da Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013.

Art. 2º Poderá ser titular do benefício de que trata a presente Lei o jovem empreendedor que atenda às seguintes condições:

- I – possuir entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos de idade;
- II – não ser detentor de emprego, cargo ou função pública;
- III – apresentar Plano de Negócios em formulário próprio, conforme regulamento;
- IV – tenha concluído o Ensino Médio e realizado curso profissionalizante ou formação vinculada ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, ou curso oferecido por Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, ou ainda estejam cursando ou tenha concluído o ensino superior.

Art. 3º O crédito concedido ao jovem empreendedor deve abranger:

- I - a aquisição de itens diretamente relacionados com a implantação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, prestação de serviços e/ou transporte de empreendimentos localizados nas regiões em que os jovens residam;
- II - a aquisição de equipamentos e de programas de informática voltados para a melhoria da gestão dos empreendimentos já existentes há não mais que 3 (três) anos.

Parágrafo Único. O valor do crédito referido no caput deste artigo deve ser revisado periodicamente, em intervalos não superiores a 5 (cinco) anos e, se for o caso, alterado em 2 virtude da necessidade de restabelecimento do valor

Recebido em 06/02/19
Hora: 19:30

Renata
Página 2 de 5
SGM/SLSF

Parte integrante do Avulso do PL nº 678 de 2019.

Grandes Negócios no ano de 2014 identificou que 34% dos jovens com idade entre 21 e 25 anos desejam empreender. Falta-lhes oportunidade e apoio.

Entendemos que o programa de crédito para jovens empreendedores deve se inspirar em programas de sucesso já gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como o Pronaf-Jovem, que integra o conjunto de ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e garante crédito a jovens que pretendam manter e desenvolver atividades agrícolas, e o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), ambos financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Entendemos que algumas de suas características devem ser replicadas para os jovens empreendedores moradores de zonas urbanas.

Torna-se imprescindível que este Programa, para bem atender a determinação legal e para que tenha todas as garantias de perenidade e manutenção adequadas, ganhe também a forma de uma lei. Cabe, pois, ao Poder Legislativo criar esta política pública e garantir a concretização do direito social definido no Estatuto da Juventude.

Sala das Sessões,



Senador Weverton Rocha

(PDT MA)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 678, DE 2019

Institui o Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 15 da lei 12.852, de 5 de agosto de 2013.

AUTORIA: Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)

efetivo de poder de compra, cabendo ao órgão gestor do Programa atualizar o referido valor, conforme regulamento.

Art. 4º A taxa de juros incidente sobre o crédito ao jovem empreendedor será revisada periodicamente, em intervalos não superiores a 5 (cinco) anos e, se for o caso, alterada pelo órgão gestor do Programa, conforme regulamento.

Art. 5º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, as diretrizes gerais do Programa e será o responsável por sua supervisão. Parágrafo Único. Em intervalos não superiores a 5 (cinco) anos o Ministério do Trabalho e Emprego deve promover avaliação dos resultados do Programa, consubstanciada em relatório público a ser divulgado em meio digital de amplo acesso aos cidadãos, e propor as alterações necessárias em suas diretrizes, se for o caso.

Art. 6º O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) será o executor da presente Lei, consoante regulamentação do Banco Central do Brasil, no que tange às normas operacionais e creditícias, podendo partilhar o referido Programa de Crédito com outros bancos, preferencialmente públicos, ou entidades, mediante convênio.

Art. 7º Os recursos do Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor terão origem no Fundo de Amparo ao Trabalhador. Parágrafo Único. O Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor passa a integrar o conjunto de Programas de Geração de Emprego e Renda geridos pelo BNDES.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição ora apresentada busca atender do melhor modo possível à determinação legal estabelecida no Estatuto da Juventude, Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, in verbis:

“Art. 15 A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla a adoção das seguintes medidas: [...] III - criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores;”

Cumpre-nos destacar que a taxa de desemprego entre jovens de 15 a 24 anos no Brasil em 2014 foi de 13,4%, um pouco acima da média mundial de 13% e equivalente à média da América Latina e Caribe. Entretanto, as projeções para

2015 são de que o desemprego dos jovens no Brasil tenha alcançado 15,5%. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que a taxa mundial de desemprego entre jovens mantenha-se na casa de 13% e que na América Latina alcance 13,9%. Percebe-se que a situação no Brasil agrava-se e supera as médias regionais e mundiais, demonstrando que medidas mitigadoras devem ser tomadas o quanto antes.

A falta de qualificação e de experiência são fatores que diminuem as possibilidades de empregabilidade dos jovens. Num ambiente de crise, com a concorrência por empregos acirrando-se, os mais experientes certamente terão maiores vantagens competitivas. Uma boa solução para evitar o desemprego dos mais jovens e inexperientes é incentivar o empreendedorismo.

A constituição de pequenos negócios não só evitará que engrossem as filas de desempregados como lhes garantirá uma experiência enriquecedora como gestor de sua própria empresa. A medida, assim, também visa promover a ampliação das oportunidades de empregabilidade do jovem por meio da abertura e do apoio aos pequenos negócios familiares.

Entendemos que o suporte familiar é essencial não só para o sucesso dos empreendimentos, mas também para o necessário incentivo e apoio emocional que empreendedores tão jovens certamente precisarão em sua jornada. Entretanto, não se pode prescindir da devida qualificação técnica – empreender não deve ser uma aventura, mas uma atividade calcada sobre uma correta e precisa análise das possibilidades do mercado e sobre o devido conhecimento técnico. Nesse sentido, a concessão de crédito deve estar ligada a uma formação ou qualificação formal por meio de cursos de nível médio ou superior devidamente registrados.

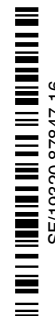
Programas que buscam melhorar a empregabilidade de nossos jovens, como o Pronatec, o Busca Jovem, que funciona como um portal de empregos, e o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego são muito bons e extremamente necessários, mas não abarcam a importante seara do empreendedorismo. Pesquisa patrocinada pela Confederação Nacional dos Jovens Empreendedores em parceria com a Revista Pequenas Empresas &



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 678, de 2019, que *institui o Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 15 da lei 12.852, de 5 de agosto de 2013.*



RELATOR: Senador NELSINHO TRAD

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 678, de 2019, de autoria do Senador Weverton. A iniciativa, atendendo a dispositivo presente no Estatuto da Juventude, cria o Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor.

A proposição, em seu art. 1º, apresenta seu objeto. Em seu art. 2º, na sequência, apresenta as condições a serem atendidas pelos titulares do benefício.

Em seguida, o art. 3º determina a abrangência do crédito concedido ao jovem empreendedor. Ademais, o art. 4º cuida da periodicidade de alteração da taxa de juros incidente sobre o referido crédito.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

O art. 5º, por sua vez, determina que o Ministério do Trabalho e Emprego deverá determinar as diretrizes do programa e supervisioná-lo, devendo avaliá-lo ao menos uma vez a cada quinquênio. A seguir, o art. 6º do PL determina que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social será o executor da futura lei.

Por fim, o art. 7º dispõe que o referido programa usará recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. O art. 8º ainda determina vigência imediata da lei.

Em sua justificção, o autor da matéria afirma que a proposição busca atender do melhor modo possível a determinação presente no Estatuto da Juventude, o qual dispõe que a ação do poder público contempla a adoção de criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores. O autor ainda apresenta dados que demonstram ser superior à média mundial a taxa brasileira de desemprego de jovens. Assim, observa que a constituição de pequenos negócios não só evitará que os jovens engrossem as filas de desempregados como, também, lhes garantirá uma experiência enriquecedora como gestores de suas próprias empresas. Dessa forma, a proposição visaria a promover a ampliação das oportunidades de empregabilidade do jovem por meio da abertura e do apoio aos pequenos negócios familiares.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, seguirá para a apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nesta Comissão, o PL não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proteção à juventude. Portanto, é regimental o exame pela CDH do PL nº 678, de 2019.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Ademais, a proposição encontra respaldo no inciso XV do art. 24 da Constituição Federal, que atribui à União competência legislativa concorrente para legislar sobre proteção à infância e à juventude.

Somos da opinião de que o projeto é meritório e trabalha favoravelmente em prol do jovem brasileiro. Muitos são os jovens brasileiros desprovidos de renda, mas cheios de esperança. Nessa dura realidade, na qual falta tudo senão um sonho, o impulso ao empreendedorismo é parte ainda faltante, mas necessária, da engrenagem que permitirá aos jovens brasileiros dar um salto ao futuro.

Hoje, o empreendedorismo não necessariamente reveste-se sob a forma de pesado investimento em negócios físicos. Pense-se nas *start-ups*, empresas de tecnologia cujo maior capital investido está não no seu patrimônio físico, mas, com efeito, no código informático desenvolvido e na contratação daqueles que o desenvolveram. E não raro, as *start-ups* são fundadas e dirigidas por jovens na mais tenra mocidade.

Dessa forma, somos favoráveis à proposição, que nada mais faz que dar eficácia a comando legal já em vigor no Estatuto da Juventude.

Entretanto, fazem-se necessários alguns reparos de redação e de técnica legislativa, além de outros aprimoramentos que permitam uma maior eficiência e efetividade do projeto de lei, tais como prever possíveis fontes orçamentárias para o programa de crédito, exigir a apresentação de garantias, bem como a realização de cursos de qualificação voltados para o empreendedorismo.

Também retiramos as menções a revisões dos valores e das taxas de juros das linhas de financiamento, pois o PL não define quais são esses valores ou taxas, as quais serão definidas em regulamento. Note-se, ademais, que o crédito deve ser analisado caso a caso, não se concebendo ser um valor único e igual para todos os perfis de pleiteantes do crédito.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 678, de 2019, na forma da seguinte emenda:





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 678, DE 2019

Institui o Programa Nacional de Crédito Especial ao Jovem Empreendedor.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Crédito Especial ao Jovem Empreendedor, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 15 da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

Art. 2º Poderá ser beneficiário do crédito de que trata esta Lei o empreendedor que atenda às seguintes condições:

- I – ter de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade;
- II – não ter emprego, cargo ou função pública;
- III – apresentar plano de negócios, na forma de regulamento;
- IV – ter participado de curso de empreendedorismo e gestão financeira reconhecido na forma de regulamento;
- V – ter ingressado em curso de nível superior ou, tendo concluído o ensino médio, ter realizado curso profissionalizante ou formação vinculada ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego ou, ainda, curso oferecido por instituto federal de educação, ciência e tecnologia;
- VI – apresentar fiança solidária ou outra forma de garantia.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Art. 3º O crédito concedido deverá ser destinado à aquisição de bens de capital, equipamentos em geral e programas de informática, bem como ao provimento de capital de giro, necessários para a implantação, ampliação ou modernização de empreendimentos produtivos localizados no município de residência do beneficiário.

Art. 4º O Programa Nacional de Crédito Especial ao Jovem Empreendedor contará com recursos na forma do § 1º do art. 239 da Constituição Federal.

Art. 5º A execução do Programa Nacional de Crédito Especial observará o disposto em regulamento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



3



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As propriedades rurais e urbanas em que for identificada a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, conforme o art. 243 da Constituição Federal.

§ 1º A expropriação somente poderá ocorrer pela via judicial, e fica condicionada ao prévio trânsito em julgado de sentença condenatória por exploração de trabalho em condições análogas à de escravo.

§ 2º Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência da exploração de trabalho em condições análogas às de escravo será confiscado e se reverterá ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se trabalho em condições análogas à de escravo:

I - a submissão a trabalho forçado, exigido sob ameaça de punição, com uso de coação ou com restrição da liberdade pessoal;



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

II - o isolamento geográfico ou o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

III - a manutenção de vigilância ostensiva no local de trabalho ou a apropriação de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

IV - a restrição, por qualquer meio, da locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto;

V - a submissão a condições degradantes de trabalho, consistentes em violações aos direitos fundamentais da pessoa do trabalhador que impliquem privação e negação do reconhecimento de sua dignidade; e

VI - a sujeição a jornada exaustiva, entendida como aquela que, por sua intensidade ou extrapolação não eventual com prejuízo ao descanso e convívio social e familiar, cause sobrecargas físicas e mentais incompatíveis com a capacidade psicofisiológica do trabalhador, expondo-o a elevado risco para a saúde ou de ocorrência de acidente do trabalho.

§ 1º Considera-se trabalho em condições degradantes, na forma do inciso V deste artigo, a conjugação de, no mínimo, três das seguintes situações, dentre outras a elas equiparáveis:

I - a impossibilidade de acesso à água potável ao longo da jornada de trabalho ou nos períodos de descanso, seja pela simples ausência de água, pela disponibilização de fontes impróprias para consumo ou sujeitas a contaminação, ou seja pela não adoção de métodos e recipientes de captação e armazenamento que a protejam de contaminação;

II - a não disponibilização de instalações sanitárias ou a impossibilidade de sua utilização em condições higiênicas ou de preservação da privacidade;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

III - a não disponibilização de alojamento ou de moradia familiar, quando o seu fornecimento for obrigatório, ou a disponibilização de alojamento ou de moradia familiar impróprios, ferindo condições mínimas de segurança, vedação, higiene, privacidade e descanso;

IV - a não disponibilização de locais adequados para armazenagem de alimento, bem como para preparo e tomada de refeições, em condições de higiene e conforto, quando houver seu consumo no local de trabalho ou nas áreas de vivência;

V - a moradia coletiva de famílias, entre si ou com terceiros, ou o alojamento coletivo de homens e mulheres;

VI - o estabelecimento de sistemas remuneratórios que resultem no pagamento de salário base inferior ao mínimo legal, por adotarem valores irrisórios pelo tempo de trabalho ou por unidade de produção, ou, ainda, por transferirem ilegalmente os ônus e riscos da atividade econômica ao trabalhador;

VII - o pagamento de remuneração com álcool ou outras drogas nocivas;

VIII - a ausência de avaliação dos riscos acompanhada da efetiva adoção de medidas para sua eliminação ou neutralização, quando a atividade ou o meio ambiente laborais apresentarem riscos graves para a saúde e segurança do trabalhador;

IX - a agressão física ou psicológica, ou assédio sexual, perpetrados por superior hierárquico.

§ 2º A superlotação do alojamento ou moradia familiar, quando impedir o seu uso nas condições mínimas indicadas no inciso III do § 1º deste artigo, os torna impróprios.



SF/19381.01043-46



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Art. 3º A expropriação de que trata esta lei prevalecerá sobre direitos reais de garantia.

Art. 4º O proprietário não poderá alegar desconhecimento da exploração de trabalho escravo por seus prepostos, dirigentes ou administradores.

Art. 5º As propriedades expropriadas nos termos desta Lei que, devido às suas especificidades, não forem passíveis de destinação à reforma agrária e a programas de habitação popular, deverão ser alienadas, sendo os valores decorrentes revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Art. 6º Não será objeto de expropriação a propriedade rural e urbana alugada ou arrendada pelo proprietário.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos casos em que qualquer dos proprietários, diretamente ou através de seus prepostos, dirigentes ou administradores, tenha:

I - tomado conhecimento e se omitido em relação às condutas que caracterizam a exploração de trabalho análogo ao de escravo em sua propriedade;

II – auferido benefício econômico, direto ou indireto, em razão de negócio jurídico que não o estritamente advindo de eventual remuneração pela cessão da posse do imóvel.

Art. 7º Ficam sujeitos à expropriação prevista nesta Lei os imóveis rurais e urbanos possuídos a qualquer título, ainda que seu possuidor não detenha o respectivo título de propriedade.

Art. 8º A ação expropriatória de imóveis rurais e urbanos nos quais se verificar a exploração de trabalho análogo ao de escravo observará o disposto nesta Lei e, subsidiariamente, o disposto no Código de Processo Civil.



SF/19381.01043-46



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

§ 1º O processo e o julgamento da ação de que trata esta Lei são de competência da Justiça Federal.

§ 2º Os processos referentes à expropriação de que trata esta Lei não correrão em segredo de Justiça.

Art. 9º Os arts. 2º, 2º-C e 11 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

I – prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, sendo cabível, nesta hipótese, ação regressiva da União contra o seu explorador;

III – oferecer condições dignas de retorno ao trabalhador que foi deslocado ou se deslocou de seu local de residência e depois foi submetido a trabalho escravo, cabendo ação regressiva da União contra o seu explorador.

.....” (NR)

“Art. 2º-C

§ 3º A exploração de trabalho análogo ao de escravo sujeitará o infrator a multa equivalente a 3 (três) vezes o maior valor vigente da parcela de seguro-desemprego, multiplicada pelo número de trabalhadores identificados nesta situação, a ser aplicada na forma do Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 4.452, de 1º de maio de 1943.” (NR)

“Art. 11



SF/19381.01043-46



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

V – todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência da exploração de trabalho em condições análogas à de escravo;

VI – recursos provenientes da alienação da propriedade expropriada em decorrência da exploração de trabalho em condições análogas à de escravo não passível de destinação à reforma agrária e a programa de habitação popular; e

VII – outros recursos que lhe sejam destinados.

Parágrafo único. Os recursos previstos nos incisos VI e VII do caput deste artigo serão destinados a:

I – oferecer condições dignas de retorno ao trabalhador que foi deslocado ou se deslocou de seu local de residência e depois foi submetido a trabalho em condições análogas à de escravo; e

II – assegurar aos trabalhadores resgatados do trabalho em condições análogas à de escravo a formação profissional e tecnológica e inserção no mercado de trabalho, considerando sua necessidade peculiar de readaptação.” (NR)

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014, incluiu a hipótese de expropriação das propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei.

Tal inovação foi um avanço no tema e reconhece a incompatibilidade total de regimes de trabalho escravo com o nosso regime jurídico, estabelecendo pena das mais graves ao proprietário, a perda desta, sem qualquer indenização e sem prejuízo de quaisquer outras sanções previstas em lei.

Reconhecendo a ausência de regulamentação de diversos dispositivos constitucionais, foi criada comissão mista pelo Ato Conjunto



SF/19381.01043-46



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

dos Presidentes do Senado e da Câmara nº 2, de 2013, com a finalidade de consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Por autoria desta comissão foi apresentado o Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2013, que foi encaminhado para CCJ, para emitir parecer. Designado o senador Paulo Paim, este apresentou relatório, que não chegou a ser apreciado.

O projeto ora apresentado reproduz o substitutivo do senador Paulo Paim sugerido em seu relatório apresentado à CCJ, após a análise do projeto e de 55 emendas apresentadas.

Com essa medida, portanto, esperamos a regulamentação do artigo 243 da Constituição, na parte inovada pela Emenda Constitucional 81, de 2004, efetivando a previsão constitucional que representou uma grande evolução na matéria.

Diante do exposto, pedimos apoio aos nobres pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5970, DE 2019

Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho em condições análogas à de escravo e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;4452](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;4452)
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;4452>
- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>
- [urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2004;81](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2004;81)
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2004;81>
- Emenda Constitucional nº 81, de 2014 - EMC-81-2014-06-05 , PEC DO TRABALHO ESCRAVO - 81/14
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2014;81>
- Lei nº 7.998, de 11 de Janeiro de 1990 - Lei do Seguro-Desemprego - 7998/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;7998>
 - artigo 2º
 - artigo 2º-B
 - artigo 11

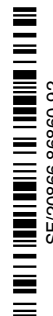
4



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Acrescenta Seção IV ao Capítulo VI da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever a atividade de apoio às Pessoas com Deficiência na inserção e manutenção do trabalho e do emprego.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Capítulo VI da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescido da seguinte Seção IV:

Seção IV

Do apoio às Pessoas com Deficiência na inserção e manutenção do trabalho e do emprego

Art. 38-A. As pessoas com deficiência têm direito ao acompanhamento por Apoiador Laboral, sempre que necessário.

Parágrafo único. Entende-se como Apoiador Laboral, para os fins desta Lei, o profissional devidamente treinado e capacitado que exerce as atividades de auxílio e acompanhamento da inserção e adaptação das pessoas com deficiência ao ambiente de trabalho, bem como do desenvolvimento de suas tarefas e habilidades, em entidades, empresas ou empreendimentos, públicos ou privados.

Art. 38-B. O acompanhamento por Apoiador Laboral destina-se às pessoas que venham a necessitar dessa assistência em razão de impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, possam obstruir sua plena inclusão no mercado de trabalho.

§1º Compete ao Apoiador Laboral a função de assistir o empregado com deficiência, contratado ou em vias de contratação, na trajetória de preparação para inserção nas estruturas físicas da organização, na adaptação e operação dos instrumentos de trabalho,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

no ambiente cultural empresarial e nas relações humanas e sociais com os colegas de trabalho e as chefias existentes.

§2º As funções de Apoiador Laboral poderão ser absorvidas por funcionário já existente na organização ou ser objeto de contratação específica de posto de trabalho para esse fim, a critério da entidade ou empresa.

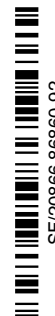
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A legislação relativa ao sistema educacional brasileiro tem progredido muito, notadamente com ampliação do atendimento aos segmentos vulneráveis da população. É o caso da Educação Especial e da Educação para Jovens e Adultos. São evidentes os avanços obtidos com a Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Nessas circunstâncias, o Parlamento precisa manter-se sensível aos processos de inclusão e fazer com que a legislação acompanhe as constantes mudanças do mundo e o desenvolvimento de novas tecnologias.

São frequentes as propostas de alteração na legislação, com o objetivo de criar dispositivos inovadores para atender às modalidades de educação menos favorecidas, dada a condição excludente em que se encontram muitos alunos. Na mesma linha, as práticas educacionais evoluem, com iniciativas de inclusão nas escolas privadas e públicas, sendo contempladas na legislação específica e adotadas pelas APAEs ao longo dos anos.

Há, entretanto, um vazio legislativo no que se refere aos Apoiadores de Pessoas com Deficiência. São profissionais, devidamente treinados pelo corpo docente das instituições, que apoiam as pessoas com deficiência, em suas tarefas, com o objetivo de desenvolver suas atividades





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

específicas e, conseqüentemente, sua autonomia, no âmbito educacional ou profissional.

Conhecido no ambiente escolar, a referência ao profissional Apoiador é recebida com estranheza no mundo do trabalho, nas empresas públicas e privadas. Entretanto, é nesse processo de transição e inserção nos empregos que os Apoiadores são fundamentais.

Ao Apoiador Laboral de Pessoas com Deficiência caberá, então, a função de orientar esses novos profissionais em seu itinerário, colaborar para a adaptação deles às estruturas físicas das empresas e propugnar por um relacionamento sadio com os novos colegas de trabalho. Não se trata de uma presença que se quer por prazo indefinido, que gere dependência. O objetivo, em última instância, é o alcance da autonomia e emancipação da pessoa com deficiência dentro do ambiente laboral.

A presença desses profissionais no processo de inserção no mercado de trabalho está em conformidade com o art. 37 de Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Nela se garante a colocação competitiva da pessoa com deficiência por meio do trabalho com apoio, inclusive mediante a disponibilização de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho.

Além disso, inovações legislativas vêm oferecendo portas alternativas de acesso e permanência no trabalho, adaptáveis às necessidades de pessoas com comprometimentos leves, que podem evoluir no diversificado e restrito mercado competitivo, bem como àquelas que, em razão de comprometimentos mais significativos, necessitam de apoio permanente em sua prática profissional.

Estamos numa época de superação das visões segregacionistas e comportamentais que constituíram a base das instituições. Pouco se investia no potencial de pessoas com deficiência intelectual e múltipla para atividades laborais e acadêmicas. Isso se refletia, inclusive, na visão das famílias sobre a questão. Faltava consciência de que a pessoa com deficiência pode desenvolver sua cidadania e sua emancipação, inclusive no mundo do trabalho.



SF/20866.86860-92



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Enfim, para que a inclusão social realmente aconteça, há ainda um longo caminho a ser percorrido.

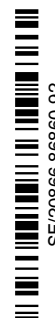
Nossa proposta, então, acrescenta a Seção IV ao Capítulo VI da Lei n 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer diretrizes sobre a atuação dos Apoiadores às Pessoas com Deficiência no Trabalho e no Emprego. A proposição possibilita, ainda, que as funções de Apoiador Laboral possam ser, a critério da empresa, absorvidas por funcionário já existente no quadro da entidade, o que visa a diminuir custos financeiros adicionais à iniciativa privada, que já possuem elevada taxa de obrigações, encargos e impostos na atualidade.

A presença de apoiadores, sem dúvida, irá melhorar o desempenho e os resultados do trabalho de pessoas com deficiência, em benefício dos empregadores e dos empregados. Queremos registrar, entretanto, que a proposição não se trata de uma regulamentação em sentido estrito da profissão de “Apoiador”, mas, sim, da afirmação do direito dos trabalhadores com deficiência ao acompanhamento e apoio providos por esses profissionais especializados.

Portanto, em face das razões e fundamentos aqui expostos, submetemos o presente projeto à apreciação dos pares, contando com o imprescindível apoio, para que desta iniciativa, uma vez convertida em Lei, decorram melhores condições para a inserção e permanência das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com cidadania e emancipação.

Sala das Sessões,

Senador **FLÁVIO ARNS**
(REDE-PR)



SF/20866.86860-92



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 357, DE 2020

Acrescenta Seção IV ao Capítulo VI da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever a atividade de apoio às Pessoas com Deficiência na inserção e manutenção do trabalho e do emprego.

AUTORIA: Senador Flávio Arns (REDE/PR)



[Página da matéria](#)

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>
 - artigo 37

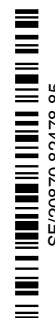


SENADO FEDERAL

Gabinete do Sen. Romário (PODEMOS-RJ)

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 357, de 2020, do Senador Flávio Arns, que *acrescenta Seção IV ao Capítulo VI da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para prever a atividade de apoio às Pessoas com Deficiência na inserção e manutenção do trabalho e do emprego.*

Relator: Senador **ROMÁRIO****I – RELATÓRIO**

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 357, de 2020, do Senador Flávio Arns, que dispõe sobre o direito das pessoas com deficiência ao acompanhamento por apoiador laboral contratado pelo empregador e capacitado para orientar o empregado com deficiência durante sua fase de inserção e adaptação ao ambiente de trabalho, bem como do desenvolvimento de tarefas.

Para tanto, o PL adiciona ao Capítulo VI do Título II do Livro I da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a seção IV “Do apoio às Pessoas com Deficiência na inserção e manutenção do trabalho e do emprego”, contendo dois novos artigos: o 38-A e 38-B.

No art. 38-A, define-se o direito do trabalhador com deficiência de contar com o auxílio do apoiador laboral. O art. 38-B, por sua vez, detalha a atividade do apoiador e dispõe sobre a possibilidade de tal atividade ser exercida por funcionário já existente na organização ou ser objeto de contratação específica.

Conforme o art. 2º da proposição, a lei porventura decorrente da aprovação do projeto entra em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor explica que ao apoiador laboral de pessoas com deficiência caberá a função de orientar os recém-contratados ou em vias de contratação, colaborando para a adaptação deles às estruturas físicas das empresas, além de incentivar um relacionamento sadio com os novos colegas de trabalho. Argumenta que não se trata de uma presença que se quer por prazo indefinido, que gere dependência. O objetivo, segundo afirma, é, em última instância, o alcance da autonomia e emancipação da pessoa com deficiência dentro do ambiente laboral.

A matéria foi distribuída à CDH e à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo a esta a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre temas atinentes à inclusão das pessoas com deficiência, objeto do PL nº 357, de 2020.

A matéria veicula uma estratégia para facilitar a adaptação da pessoa com deficiência ao ambiente de trabalho, pois, segundo dispõe, cabe ao apoiador laboral acompanhar o empregado em sua trajetória de preparação para atuar nas estruturas físicas da organização, na adaptação e operação dos instrumentos de trabalho, no ambiente cultural empresarial e nas relações humanas e sociais com os colegas de trabalho e as chefias existentes.

Ressalte-se que, conforme a proposição, as empresas podem indicar e preparar um funcionário do seu quadro para exercer a atividade de apoiador laboral. Também podem, caso julguem mais conveniente, selecionar um novo profissional para cumprir essa tarefa.

A instituição do apoiador laboral segue caminho já trilhado com sucesso no ambiente educacional, pois, conforme dispõe o art. 3º da Lei Brasileira de Inclusão, as instituições de ensino devem contar com a colaboração de um profissional de apoio escolar, pessoa que atua na inclusão da pessoa com deficiência no exercício de suas atividades pedagógicas, contribuindo para eliminar barreiras que impeçam seu melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados.



SF/20870.82478-85

Na oportunidade, apresentamos uma emenda apenas para ressaltar que o apoiador laboral atuará somente até que o processo de adaptação seja completado e que sua atividade poderá ser itinerante e destinada a apoiar mais de uma pessoa com deficiência contratada.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 357, de 2020, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CDH

Acrescente-se ao art. 38-B da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, na forma o Projeto de Lei nº 357, de 2020, os seguintes §§ 3º e 4º:

“§ 3º A atividade do Apoiador Laboral se conclui quando a pessoa com deficiência adquire autonomia para realizar suas atividades.

§ 4º Na organização das atividades do Apoiador Laboral, o empregador poderá designá-lo para atuar junto a mais de uma pessoa com deficiência, bem como para realizar a tarefa em mais de uma unidade da empresa.”

Sala da Comissão,



ROMÁRIO FARIA
Relator PODEMOS/RJ



5

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 11, de 2019, do Programa e-Cidadania, cujo título é *fisioterapeutas com piso salarial de R\$ 4.800,00 por 30 horas semanais*.



Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a Sugestão nº 11, de 2019, recebida no âmbito do Programa e-Cidadania, sugerindo a adoção de piso salarial de R\$ 4.800,00, para trinta horas semanais de trabalho, em benefício dos fisioterapeutas.

A Sugestão foi iniciada pelo Sr. Luis Gustavo Petroski, do Estado do Paraná, e busca definir um piso salarial de R\$ 4.800,00 para os fisioterapeutas, para trinta horas semanais de trabalho.

II – ANÁLISE

A CDH tem competência para analisar as Sugestões encaminhadas no âmbito do programa e-Cidadania, conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A Sugestão, no tocante ao seu conteúdo, diz respeito a tema de Direto do Trabalho, sendo de competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 22, I da Constituição.

Não há, portanto, elementos que impeçam, do ponto de vista formal, seu processamento perante esta Comissão.

No mérito, somos favoráveis à sua aprovação.

De acordo com matéria veiculada no sítio eletrônico do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região (Crefito-3), o fisioterapeuta não tem salário compatível com as suas atribuições profissionais, chegando, em alguns casos, a ganhar apenas R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por uma jornada de trinta horas semanais.

Tal valor é demasiadamente baixo, quando comparado ao piso salarial de outros profissionais da área de saúde, como médicos, por exemplo, cujo piso salarial em 2019, de acordo com a Federação Nacional dos Médicos (FENAM), foi de R\$ 14.619,39 (quatorze mil seiscentos e dezenove reais e trinta e nove centavos), para uma jornada de vinte horas semanais de labor.

Não há razão plausível para a existência de tamanha disparidade salarial. O fisioterapeuta estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, sendo, portanto, peça essencial na preservação da saúde dos seres humanos.

Com a fisioterapia integrada na atenção básica, por exemplo, há o acompanhamento mais próximo da saúde da população atendida. Nesse âmbito, o fisioterapeuta atua, preferencialmente, com grupos populacionais, orientando sobre as posturas mais adequadas, exercícios de alongamento, relaxamento, respiratórios e orientações quanto à higiene pessoal, para cada grupo ou para cada situação. Destaca-se, nesta atuação preventiva, o trabalho em grupos de pessoas em idade escolar, de gestantes e de idosos.

Sua atuação tempestiva, portanto, evita diversos males à saúde de seus pacientes, ocasionando, inclusive, o desafogamento do Sistema Único de Saúde – SUS, que se vê desobrigado a providenciar tratamento para doenças mais graves que poderiam atingir o povo brasileiro.



SF/20932.36750-83

Por isso, necessário iniciar a discussão legislativa acerca do estabelecimento de um piso nacional mínimo para remunerar, de maneira digna, os serviços deste profissional.

O piso salarial de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), neste primeiro juízo sobre a matéria, nos parece condigno com a atuação destes profissionais, evitando o aviltamento de tão nobre labor.

Com a participação dos representantes da sociedade civil, cuja oitiva acontecerá em audiências públicas a serem realizadas neste Senado Federal, a questão será melhor debatida, sempre no sentido de se encontrar a solução adequada para a remuneração condizente com a relevância social dos profissionais objeto da SUG nº 11, de 2019.

III – VOTO

Pelo exposto, votamos pelo acolhimento da SUG nº 11, de 2019, concluindo, na forma do art. 102-E, I, e parágrafo único, I, pela apresentação do Projeto de Lei a seguir:

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

Altera a Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, para estabelecer piso salarial de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para uma jornada de trabalho de trinta horas semanais, em favor dos profissionais Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.856, de 1º de março de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:



SF/20932.36750-83

“Art. 1º

Parágrafo único. O piso salarial dos profissionais de que trata este artigo é de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para uma jornada de trabalho de 30 horas semanais.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

MEMO. nº. 014/2019 – SCOM

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR PAULO PAIM

Assunto: **Ideia Legislativa nº. 113.533**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa nº 113.533, com o título **“Fisioterapeutas com piso salarial de R\$ 4.800,00 por 30 horas semanais”** (*sic*), que alcançou, no período de 01/11/2018 a 07/11/2018, apoio superior a 20.000 manifestações individuais, conforme a ficha informativa em anexo.

Respeitosamente,

Dirceu Vieira Machado Filho
Diretor da Secretaria de Comissões



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

Ideia Legislativa nº 113.533

TÍTULO

Fisioterapeutas com piso salarial de R\$ 4.800,00 por 30 horas semanais *(sic)*

DESCRIÇÃO

O profissional será mais valorizado, pois atualmente não possui um salário adequado ao tamanho de suas atribuições e responsabilidades, Podendo ganhar menos que 2 salários por 30hs semanais em situações específicas. O que dificulta os investimentos em especializações e cursos de extensões. *(sic)*

MAIS DETALHES

É uma ciência da Saúde que estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, dessa forma o profissional é um peça importante no sistema de saúde, pois participa diretamente na atenção primária em saúde contribuindo no planejamento, investigação e estudos epidemiológicos, objetivando a prevenção e consequentemente a desafogando o SUS. *(sic)*

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Nome: Luis Gustavo Petroski

E-mail: luis_gustavopetroski@hotmail.com

UF: Paraná

PÁGINA DA IDEIA

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=113533>

DADOS DE CONTROLE DO E-CIDADANIA:

Data da publicação da ideia: 01/11/2018

Data de alcance dos apoios necessários: 07/11/2018

Total de apoios contabilizados até 14/02/2019: 21.012

6



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão nº 34, de 2019, do Programa e-Cidadania, que propõe *não constituir crime o comércio de sementes para cultivo de Cannabis*.

Relator: Senador **ALESSANDRO VIEIRA**

I – RELATÓRIO

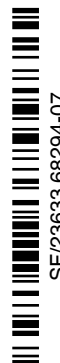
Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão Legislativa (SUG) nº 34, de 2019, de iniciativa do cidadão Fernando Santiago, que propõe a descriminalização do comércio de sementes da maconha.

A sugestão em comento decorre da Ideia Legislativa nº 120.001, que recebeu mais de vinte mil manifestações individuais de apoio no período de 11/02/2019 a 11/06/2019.

O autor da sugestão explica que o “anteprojeto de lei da comissão de juristas responsável pela atualização da Lei de Entorpecentes prevê em seu art. 28 não ser crime cultivar seis plantas e, ao mesmo tempo, em seu art. 33-H penaliza com reclusão o comércio de sementes”. Diante disso, sua proposta vale-se do argumento de não ser possível realizar o plantio sem o acesso legalizado aos insumos.

II – ANÁLISE

Compete à CDH, de acordo como o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre sugestões legislativas



SF/23633.68294-07



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil.

A Resolução nº 19 do Senado Federal, de 27 de novembro de 2015, por sua vez, determina que a ideia legislativa enviada ao portal e-Cidadania que obtiver apoio de vinte mil cidadãos, em quatro meses, terá tratamento análogo ao das sugestões legislativas previstas no art. 102-E do RIsf.

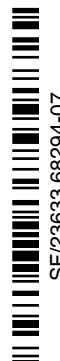
Portanto, a SUG nº 34, de 2019, tem amparo regimental para a sua apreciação pela CDH.

Cabe ressaltar que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar; caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das comissões temáticas pertinentes. A CDH, portanto, é soberana para decidir pelo acatamento da sugestão apresentada. Se aceita, também cabe a esta Comissão convertê-la em projeto de lei, adequando-a às normas técnicas de redação legislativa. Além disso, incumbe identificar e sanar eventuais problemas de constitucionalidade.

Inicialmente, cumpre ressaltar que não há vício de origem da matéria, vez que o assunto não se insere entre os temas de competência de iniciativa legislativa privativa do chefe do Poder Executivo (art. 61 da Carta Magna). Ademais, a Constituição Federal (CF) estabelece, em seu art. 48, que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União. O comando inclui legislar sobre aquelas matérias elencadas na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, entre as quais figura a proteção e defesa da saúde, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da CF. É o caso da sugestão em análise, que trata do controle de substâncias psicoativas.

Quanto à juridicidade, importante destacar que o tema é regulado pela Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 – chamada de “Lei de Entorpecentes” pelo autor da sugestão legislativa –, que *institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.*

Em relação ao mérito, cumpre destacar que a Lei nº 11.343, de 2006 (Lei de Drogas), diferencia o tratamento que deve ser dado ao usuário de drogas, pois despenalizou a posse para consumo próprio, não sendo mais aplicável a pena privativa de





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

liberdade. Isso abrange também o semeio, cultivo e colheita de “plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica”, tal qual são as plantas no gênero *cannabis*, popularmente conhecidas como “maconha”.

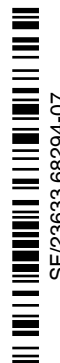
No entanto, a sugestão que apreciamos pretende ir além, descriminalizando o comércio de sementes da planta, de maneira que fica implícita sua intenção de legalizar as transações relacionadas a esse insumo, essencial para o plantio. Quando elaboramos o relatório da SUG nº 32, de 2019, no âmbito desta Comissão, registramos as diferenças entre a legalização e a descriminalização:

De antemão, devemos salientar as diferenças entre Discriminação e Legalização. Descriminalização significa que o ato ou conduta deixou de ser crime, não há mais punição no âmbito penal, todavia ainda pode ser considerado ilícito civil ou administrativo. Já a legalização, como a proposta na Sugestão em questão, o ato passa a ser permitido por lei, cabe ao estado regulamentar as práticas.

Naquela oportunidade, já havíamos pontuado que “o Estado brasileiro, em suas configurações atuais, não conseguiria fiscalizar adequadamente os espaços de plantio, seja para uso medicinal ou para uso recreativo”, o que impede a promoção da legalização abrangente e, assim, a descriminalização desponta como caminho mais viável para a legislação e para a operação de políticas públicas.

Por isso, diante desse quadro de limitações práticas, esta Casa legislativa tem priorizado, em várias de suas apreciações recentes, a regulamentação do emprego da *cannabis* para fins medicinais. Desse entendimento, sugeriram o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 514, de 2017 – originado da SUG nº 25, de 2017 – e também o PL nº 5.295, de 2019 – advindo da SUG nº 6, de 2016 –, que tratam do tema. Assim sendo, não há necessidade de apresentar mais uma proposição sobre esse assunto.

Por fim, é necessário anotar que o anteprojeto da comissão de juristas para modificar a Lei de Drogas, a que se refere o autor da sugestão, não tramita no Senado Federal, pois esse grupo de trabalho foi instalado na Câmara dos Deputados e já findou suas atividades, que resultaram na apresentação do Projeto de Lei nº 4.565, de 2019. Os Senadores poderão realizar suas contribuições se a matéria chegar a esta Casa, oportunamente.



SF/23633.68294-07



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

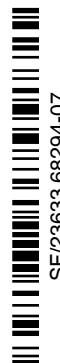
III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela **rejeição** da Sugestão nº 34, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/23633.68294-07



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

MEMO. nº 052/2019 – SCOM

Brasília, 13 de junho de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR PAULO PAIM

Assunto: **Ideia Legislativa nº 120.001**

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa nº 120.001, com o título “**Não constituir crime o comércio de sementes para cultivo de Cannabis**” (*sic*), que alcançou, no período de 11/02/2019 a 11/06/2019, apoio superior a 20.000 manifestações individuais, conforme a ficha informativa em anexo.

Respeitosamente,

Dirceu Vieira Machado Filho
Diretor da Secretaria de Comissões



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões

Ideia Legislativa nº 120.001

TÍTULO

Não constituir crime o comércio de sementes para cultivo de Cannabis (*sic*)

DESCRIÇÃO

Sugerir ao anteprojeto de lei da Comissão de Juristas responsável pela atualização da Lei de Entorpecentes prevê em seu Art. 28 não ser crime cultivar 6 plantas e ao mesmo tempo em seu Art. 33-H penaliza com reclusão o comércio de sementes. Como plantar sem ter acesso a sementes? (*sic*)

MAIS DETALHES

A segunda turma do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que o processo criminal contra quem importa pequenas quantidades de sementes de canabiss sativa (maconha) não deve ser automático, e sim que se analise particularidades dos casos, como a quantidade da substância apreendida. O Relator ainda afirmou que as sementes não possuem o princípio psicoativo da maconha (THC). (*sic*)

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Nome: Fernando Santiago

E-mail: fernandofsantiago@gmail.com

UF: Distrito Federal

PÁGINA DA IDEIA

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=120001>

DADOS DE CONTROLE DO E-CIDADANIA:

Data da publicação da ideia: 11/02/2019

Data de alcance dos apoios necessários: 11/06/2019

Total de apoios contabilizados até 12/06/2019: 20.410

7

PARECER Nº , DE 2022

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 9, de 2022, que visa a instituir *piso salarial para as ASB e TSB de 2 salários mínimos*.

Relator: Senador **FABIANO CONTARATO**

I – RELATÓRIO

Em análise, a Sugestão (SUG) nº 9, de 2022, que visa a instituir *piso salarial para as ASB e TSB de 2 salários mínimos*.

A presente proposição, como indica a sua ementa, fixa o patamar de dois salários mínimos como o piso a ser pago para os Auxiliares em Saúde Bucal (ASB) e Técnicos em Saúde Bucal (TSB).

A justificativa da proposição reside na necessidade de valorizar financeiramente a atuação dos profissionais a que ela se destina, nos setores público e privado, que, em alguns entes da federação, percebem apenas um salário mínimo como contraprestação pelos seus serviços.

II – ANÁLISE

De acordo com a Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, que regulamenta o programa e-Cidadania, as manifestações de cidadãos, atendidas as regras do Programa, serão encaminhadas, quando for o caso, às Comissões pertinentes, que lhes darão o tratamento previsto no Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Como a Ideia Legislativa obteve apoio de mais de 20.000 (vinte mil) cidadãos no período de 2 (dois) meses, o parágrafo único do art. 6º da referida Resolução determina que terá tratamento análogo ao conferido às sugestões legislativas previstas no art.102-E do RISF, sendo encaminhado a



esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para opinar sobre a sua admissibilidade e conteúdo.

Sobre o tema, cabe asseverar que é direito do trabalhador, nos termos do art. 7º, V, da Carta Magna, a fixação, via projeto de lei, de piso salarial compatível com a extensão e a complexidade do labor.

Nesse sentido, é dever deste Parlamento reconhecer a importância de profissões, como a ora analisada, que contribuem para a preservação da saúde do povo brasileiro, tal como feito na aprovação do piso salarial dos profissionais de enfermagem, previsto na Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022.

Na esteira dos profissionais da enfermagem, os ASB's e TSB's, durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), também se expuseram sobremaneira à contaminação pelo referido agente patológico, não sendo justo que este Parlamento e a sociedade lhes negue o devido reconhecimento.

Assim, imperativa a fixação de piso salarial que a eles proporcione remuneração condizente com a importância de seu trabalho, motivo pelo qual a aprovação da SUG nº 9, de 2022, é salutar.

Entretanto, tendo em vista o disposto na Súmula Vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal (STF), inviável a utilização do salário mínimo como indexador do referido piso monetário. Por isso, necessária a sua substituição por valores nominais, nos seguintes termos, a fim de se preservar a intenção do projeto em foco: a) R\$ 2.588,00 (dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais), para jornada laboral de vinte horas semanais; b) R\$ 3.882,00 (três mil, oitocentos e oitenta e dois reais), para jornada laboral de trinta horas semanais; e c) R\$ 5.176,00 (cinco mil, cento e setenta e seis reais), para jornada laboral de quarenta horas semanais. Todos esses valores, a fim de preservar os respectivos poderes aquisitivos, serão corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Indispensável, ainda, que, sobre os aludidos patamares, incida adicional de insalubridade de quarenta por cento, como contrapartida financeira ao risco laboral diário suportado pelos trabalhadores em comento.

Por fim, como reconhecimento da importância do trabalho dos Técnicos em Saúde Bucal, deve-se atualizar o rol de atribuições previsto no art. 5º da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, para conferir a seguinte redação ao seu inciso VII: realizar fotografias e operar equipamentos de



imaginologia e radiodiagnóstico odontológico exclusivamente em clínicas de radiologia odontológica, consultórios e clínicas odontológicas.

O acolhimento, portanto, da SUG nº 9, de 2022, na forma de projeto de lei, é medida que se impõe.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela aprovação da SUG nº 9, de 2022, na forma do seguinte projeto de lei:

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera o inciso VII do art. 5º da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, e a ela acrescenta o art. 11-A, para atualizar as atribuições do Técnico em Saúde Bucal (TSB) e fixar piso salarial em prol dos referidos trabalhadores e do Auxiliar em Saúde Bucal (ASB).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso VII do art. 5º da Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º**

.....

VII - realizar fotografias e operar equipamentos de imaginologia e radiodiagnóstico odontológico exclusivamente em clínicas de radiologia odontológica, consultórios e clínicas odontológicas.

.....” (NR)

Art. 2º A Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 11-A:



“**Art. 11-A.** O piso salarial dos Auxiliares em Saúde Bucal (ASB) e Técnicos em Saúde Bucal (TSB), dos setores público e privado, será de:

I – R\$ 2.588,00 (dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais), para jornada de trabalho de vinte horas semanais;

II - R\$ 3.882,00 (três mil, oitocentos e oitenta e dois reais), para jornada de trabalho de trinta horas semanais; e

III - R\$ 5.176,00 (cinco mil, cento e setenta e seis reais), para jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

§ 1º Os valores previstos nos incisos I, II e III serão corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§ 2º Sobre os valores previstos nos incisos I, II e III incidirá adicional de insalubridade no montante de 40% (quarenta por cento).”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

OFÍCIO Nº 17/2022/SCOM

Brasília, 6 de julho de 2022

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR HUMBERTO COSTA
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Brasília/DF

Assunto: Ideia Legislativa nº 161458.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº. 19 de 2015, encaminho a Vossa Excelência a Ideia Legislativa anexa, que foi cadastrada no Portal e-Cidadania e recebeu apoio superior a 20 mil manifestações individuais, conforme lista de apoiadores que a acompanha.

Respeitosamente,

MARCOS MACHADO MELO
Diretor da Secretaria de Comissões





**Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Comissões**

ANEXO

FICHA INFORMATIVA

Ideia Legislativa nº 161458

Título

Piso salarial para as ASB e TSB de 2 salários mínimos.

Descrição

Cada estado paga um valor diferente à essa classe de trabalhadores auxiliares de saúde bucal e técnicos em saúde bucal. Muitos estão à anos sem reajuste digno para a classe. Os que trabalham no serviço público chegam a ganhar apenas um salário mínimo com jornada de 40 h semanais. (sic)

Mais detalhes

O piso seria essencial pois o trabalho desses profissionais são também de extrema importância para área da saúde. Assim como os auxiliares e técnicos de enfermagem que já tiveram o piso salarial aprovado por lei. Tem os agentes comunitários e agentes de endêmicas. Os asbs e tsbs estão esquecidos. (sic)

Identificação do proponente

Nome: Andreia Maria Toledo Pires

E-mail: andreiatoledo13@hotmail.com

UF: MG

Data da publicação da ideia: 05/04/2022

Data de alcance dos apoios necessários: 07/06/2022

Total de apoios contabilizados até 05/07/2022: 20.915

Página da Ideia Legislativa

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=161458>



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

UF	APOIOS
AC	104
AL	485
AM	216
AP	365
BA	1.163
CE	1.371
DF	422
ES	478
GO	504
MA	293
MG	2.397
MS	457
MT	168
PA	699
PB	1.039
PE	1.158
PI	885
PR	679
RJ	2.088
RN	1.272
RO	258
RR	111
RS	709
SC	456
SE	1.054
SP	1.976
TO	108
TOTAL	20.915



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

Nº UF Cidadão		
1	AC	ADRIANA OKABAYASHI RAMOS DR****@GMAIL.COM
2	AC	ALEXANDRE NEGRELI AL****@GMAIL.COM
3	AC	ALICE LIMA AL****@GMAIL.COM
4	AC	ANA BEATRIZ NE****@GMAIL.COM
5	AC	ANAILTON SILVA DO NASCIMENTO AN****@GMAIL.COM
6	AC	ANA PATRICIA KA****@GMAIL.COM
7	AC	ANA PAULA FAICO PA****@GMAIL.COM
8	AC	ANDREA DA SILVA SANTOS AN****@GMAIL.COM
9	AC	ANDREIA CARITA SERRA AN****@TERRA.COM.BR
10	AC	ANTONIETA SOUSA AN****@GMAIL.COM
11	AC	ANTONIO FRANCISCO MOREIRA AN****@GMAIL.COM
12	AC	BEATRIZ SOARES BY****@GMAIL.COM
13	AC	BRUNO ARAUJO AR****@GMAIL.COM
14	AC	BRUNO FERREIRO OLIVEIRA BR****@GMAIL.COM
15	AC	BRUNO REDIVO DINIZ BR****@HOTMAIL.COM
16	AC	CAMILA CAMPOS CAVASIN CA****@GMAIL.COM
17	AC	CAMILA JOYCE BATISTA DE MESQUITA JO****@GMAIL.COM
18	AC	CLAUDIA ADRIANE GRAVA CL****@HOTMAIL.COM
19	AC	CLAUDIO CAVALLARO CC****@GMAIL.COM
20	AC	CLEITOEKATILIMA JKL JK****@GMAIL.COM
21	AC	CRISTIANE VIEIRA GANUM KR****@GMAIL.COM
22	AC	DARLENE RAMOS DA****@HOTMAIL.COM
23	AC	DEBORA CANJANI DE****@HOTMAIL.COM
24	AC	DEB TAUMATURGO DE****@GMAIL.COM
25	AC	DEMETRIO CAVALCANTE DE****@GMAIL.COM
26	AC	EDSON CASCIANO CA****@GMAIL.COM
27	AC	ELIANE JULIO19@EC.GMAIL.COM CHAVES EL****@GMAIL.COM
28	AC	ELTON DANTAS EL****@GMAIL.COM
29	AC	ERBENIA DA SILVA FELIX ROCHA ER****@YAHOO.COM.BR
30	AC	ERICA LORRANE FAGUNDES ER****@GMAIL.COM
31	AC	ERIC PATRICK ER****@GMAIL.COM
32	AC	ESTEFANY DIAS ES****@GMAIL.COM
33	AC	EVANDRO ARTUR DA ROCHA VA****@ICLOUD.COM
34	AC	FATIMA VASCONCELOS VA****@GMAIL.COM
35	AC	FERNANDA DIAS NA****@YAHOO.COM.BR
36	AC	FERNANDA MACHADO FE****@YAHOO.COM.BR
37	AC	FRANCOISE BARBOSA DE BRITO SOARES FR****@GMAIL.COM
38	AC	GILCILENE GADELHA GI****@GMAIL.COM
39	AC	GRAZI MACHADO GR****@HOTMAIL.COM
40	AC	HELENA OLIVEIRA HE****@GMAIL.COM
41	AC	JACIMARA DA SILVA JA****@GMAIL.COM
42	AC	JAIRA CORREA JA****@GMAIL.COM
43	AC	JEAN BARRETO SA****@GMAIL.COM
44	AC	JESSICA THALMA PC****@GMAIL.COM
45	AC	JOAO DE LIMA PEREIRA BR****@GMAIL.COM
46	AC	JONATAS RODRIGUES RO****@HOTMAIL.COM
47	AC	JOSE RICARDO AZEVEDO DOS SANTOS JR****@GMAIL.COM
48	AC	JUBILEU GONCALVES JU****@GMAIL.COM
49	AC	JUCICLEITO LIMA JU****@GMAIL.COM
50	AC	JU LIA JU****@GMAIL.COM
51	AC	KAIO AUGUSTO KA****@GMAIL.COM
52	AC	KATICELANE TAVARES KA****@GMAIL.COM
53	AC	LARA MARTINS LA****@HOTMAIL.COM
54	AC	LARISSA ALENCAR LA****@YAHOO.COM.BR
55	AC	LUCAS REIS LU****@GMAIL.COM
56	AC	LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA LU****@GMAIL.COM
57	AC	MARCIA MENDONCA MA****@GMAIL.COM
58	AC	MARCOS TULIO BREGOLA MT****@UOL.COM.BR
59	AC	MARIA ANTONIA SILVA DA SILVA TO****@GMAIL.COM
60	AC	MARIA ESTELA LIVELLI ES****@GMAIL.COM
61	AC	MARIA MADALENA MARCOLINO DE OLIVEIRA MA****@GMAIL.COM
62	AC	MARIANA VIEIRA RN****@GMAIL.COM
63	AC	MARIA ZEINAR SOUZA DA SILVA MZ****@GMAIL.COM
64	AC	MARICELIA SILVA DE LIMA MA****@GMAIL.COM
65	AC	MARILDA ASF MA****@GMAIL.COM
66	AC	MARILIA GABRIELA MA****@GMAIL.COM
67	AC	MARISA PEREIRA DA SILVA MARCONDES MA****@YAHOO.COM.BR
68	AC	MARLI SOUZA MA****@GMAIL.COM
69	AC	MARLON PEREIRA DA SILVA BARBOSA MA****@GMAIL.COM
70	AC	MARLUCI LUCIO MA****@GMAIL.COM
71	AC	MATEUS CARNEIRO MA****@GMAIL.COM
72	AC	MATEUS LUCAS LU****@GMAIL.COM
73	AC	MAURI JUNIOR MA****@GMAIL.COM
74	AC	MAYANE KELLY MACEDO DE SOUZA MA****@GMAIL.COM
75	AC	NAIANDRA FEITOZA NA****@GMAIL.COM
76	AC	NICE CAROLINA CHAVES GUIMARAES 81****@SOUCLARETIANO.EDU.BR
77	AC	NIGERFSON DA SILVA BARBOSA NI****@HOTMAIL.COM
78	AC	PAULO SOUZA PM****@GMAIL.COM
79	AC	PEDRO JUNIOR SR****@GMAIL.COM
80	AC	PEDRO QUEIROZ JUNIOR PJ****@HOTMAIL.COM
81	AC	RAQUEL ARAUJO DA SILVA RA****@GMAIL.COM
82	AC	RAQUEL MATOS RA****@GMAIL.COM
83	AC	RAUL LUZ RA****@GMAIL.COM
84	AC	RAY COELHO RA****@GMAIL.COM
85	AC	REBECA BULHOES RE****@GMAIL.COM
86	AC	REBECA DA CUNHA COSTA RE****@GMAIL.COM
87	AC	REGINA SANTOS RE****@GMAIL.COM
88	AC	RENILSON CANTUARIO CA****@GMAIL.COM
89	AC	ROGERIO ARAUJO RO****@GMAIL.COM
90	AC	RUAN VITACZIK RU****@GMAIL.COM
91	AC	RUTE TEIXEIRA RU****@GMAIL.COM
92	AC	SEGURANCA DO ZONA VI****@OUTLOOK.COM
93	AC	SERGIO DAVID CHAMMA SD****@TERRA.COM.BR
94	AC	SILVIA BRAZ SI****@GMAIL.COM
95	AC	SUZANE ANDREA TEIXEIRA NASCIMENTO SU****@GMAIL.COM
96	AC	TAIANE SILVA ALMEIDA TH****@HOTMAIL.COM
97	AC	TALINNE ARAUJO TA****@GMAIL.COM
AC	TALITA MAYELLE MEIRELES DA PENHA TM****@GMAIL.COM	
	VANESSA AMBROZZI WE****@HOTMAIL.COM	
	VANIA VIVEIROS VA****@GMAIL.COM	
	VINICIUS SANTOS VI****@GMAIL.COM	
	VITOR MATHEUS VI****@GMAIL.COM	
AC	WAYNNER SILVA E SILVA WA****@GMAIL.COM	



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

Nº UF Cidadão		
104	AC	YASMIN LAYNE YA****@GMAIL.COM
105	AL	ADAIAS MARCOS ADAIAS AD****@HOTMAIL.COM
106	AL	ADAILTON ISNAL AD****@GMAIL.COM
107	AL	ADINAIR RAMOS RA****@GMAIL.COM
108	AL	ADRIANA CAVALCANTE AD****@GMAIL.COM
109	AL	ADRIANA MARCOLINO DA SILVA AD****@HOTMAIL.COM
110	AL	AECIO FEIJO DA SILVA AE****@GMAIL.COM
111	AL	ALANICE ATAIDE NI****@GMAIL.COM
112	AL	ALCIELE TOME DOS SANTOS AL****@HOTMAIL.COM
113	AL	ALDENIZIA KASSIA KA****@GMAIL.COM
114	AL	ALE SILVA AL****@GMAIL.COM
115	AL	ALESSANDRA ARQUILINO DA SILVA ALEXANDRE AL****@GMAIL.COM
116	AL	ALESSANDRA COSTA AC****@GMAIL.COM
117	AL	ALESSANDRA FERRO AC****@GMAIL.COM
118	AL	ALESSANDRA RODRIGUES MOURA PESSOA DE LIMA AL****@GMAIL.COM
119	AL	ALESSANDRA SILVA DOS SANTOS AL****@HOTMAIL.COM
120	AL	ALEXANDRE NOVELLETTO AL****@HOTMAIL.COM
121	AL	ALEX FERREIRA AF****@GMAIL.COM
122	AL	ALICE JULIANA LIMA PIMENTEL AJ****@GMAIL.COM
123	AL	ALICE RODRIGUES AL****@GMAIL.COM
124	AL	ALINE LAURINDO DE FARIAS AL****@GMAIL.COM
125	AL	ALINE OLIVEIRA AL****@GMAIL.COM
126	AL	ALINE RODRIGUES RODRIGUES AL****@GMAIL.COM
127	AL	ALINE VIEIRA SILVA DI****@GMAIL.COM
128	AL	ALISSON MORAES AS****@GMAIL.COM
129	AL	AMANDA DO NASCIMENTO COUTO AM****@GMAIL.COM
130	AL	AMANDA EMANUELLE MARIA SANTOS MOREIRA AM****@GMAIL.COM
131	AL	AMELIA DUARTE LL****@HOTMAIL.COM
132	AL	AMS MARQUES AM****@GMAIL.COM
133	AL	ANA ALICE ARAUJO AN****@GMAIL.COM
134	AL	ANA BEATRIZ SOARES DA SILVA AN****@GMAIL.COM
135	AL	ANA CAROLINA AN****@GMAIL.COM
136	AL	ANA CASSIA MORAIS AN****@GMAIL.COM
137	AL	ANA CECILIA DOS SANTOS LIMA CE****@OUTLOOK.COM
138	AL	ANALUZIA DE AMORIM BARBOSA AN****@GMAIL.COM
139	AL	ANA PAULA AN****@GMAIL.COM
140	AL	ANA PAULA ZEFERINO AN****@GMAIL.COM
141	AL	ANDRESA BARBOSA BA****@GMAIL.COM
142	AL	ANDRESA SILVA AN****@GMAIL.COM
143	AL	ANGELA MARIA AN****@GMAIL.COM
144	AL	ANGELICA VIEIRA AN****@GMAIL.COM
145	AL	ANNA KALLINY TAVARES LA****@GMAIL.COM
146	AL	ANNA MARIA MACIEL AN****@GMAIL.COM
147	AL	ANNE LLIMA AN****@GMAIL.COM
148	AL	ANNE S2 AN****@GMAIL.COM
149	AL	ANNY CAVALCANTE CA****@GMAIL.COM
150	AL	ANNY LIS CAVALCANTE LIMA AN****@GMAIL.COM
151	AL	ANTHONY LUIZ AN****@GMAIL.COM
152	AL	ANTHONY STEPHEN ARAUJO OLIVEIRA AN****@GMAIL.COM
153	AL	ANTONIO VITOR AN****@GMAIL.COM
154	AL	ARIANA DA FONSECA SILVA AR****@GMAIL.COM
155	AL	ARIANA GONCALVES SILVA AR****@GMAIL.COM
156	AL	ARIANE GONCALVES SILVA TH****@GMAIL.COM
157	AL	ARIELA AQUINO AR****@GMAIL.COM
158	AL	ARI FONTINELLI OL****@GMAIL.COM
159	AL	ARTHUR HENRIQUE NORBERTO SILVA NO****@GMAIL.COM
160	AL	ATALIBA TAVARES SL****@GMAIL.COM
161	AL	AUDELIR PETUBA AU****@GMAIL.COM
162	AL	AUDIRLENE PONTES MELO LE****@GMAIL.COM
163	AL	BARBARA RAFAELA MAXIMO DE OLIVEIRA BA****@GMAIL.COM
164	AL	BEATRIZ DA SILVA BE****@GMAIL.COM
165	AL	BEATRIZ OLIVEIRA BE****@GMAIL.COM
166	AL	BENICIO DENISE BE****@GMAIL.COM
167	AL	BIA FIREMAN DE MENDONCA BI****@GMAIL.COM
168	AL	BIANCA BEATRIZ BI****@GMAIL.COM
169	AL	BRAULINA BEZERRA BR****@GMAIL.COM
170	AL	BRENO OF BR****@GMAIL.COM
171	AL	BRICIO OMENA BR****@GMAIL.COM
172	AL	BRUNA LOPES ME****@GMAIL.COM
173	AL	BRUNA SILVA BR****@GMAIL.COM
174	AL	BRUNO ISRAEL BR****@GMAIL.COM
175	AL	BRUNO WALKER RI****@GMAIL.COM
176	AL	BY RITA RI****@HOTMAIL.COM
177	AL	CAMILA BETANIA PEREIRA DA SILVA PI****@GMAIL.COM
178	AL	CARLA FRAGOSO PEIXOTO CA****@HOTMAIL.COM
179	AL	CARLA MONIQUE CA****@GMAIL.COM
180	AL	CARLOS COSTA CA****@GMAIL.COM
181	AL	CARLOS COSTA CA****@GMAIL.COM
182	AL	CARLOS EMANUEL NO****@GMAIL.COM
183	AL	CARLOS FERREIRA DOS SANTOS NETO CA****@GMAIL.COM
184	AL	CARLOS NAV CA****@GMAIL.COM
185	AL	CAROLINA ROCHA DOS SANTOS CA****@GMAIL.COM
186	AL	CAROLINE NASCIMENTO CA****@GMAIL.COM
187	AL	CASSIA LUIZA DE OLIVEIRA SANTOS NU****@GMAIL.COM
188	AL	CASSIO LUAN DE OLIVEIRA SANTOS CA****@GMAIL.COM
189	AL	CATARINA ALMEIDA CA****@GMAIL.COM
190	AL	CAUA MAGALHAES JC****@GMAIL.COM
191	AL	CELIA REJANE LOPES DO NASCIMENTO RE****@HOTMAIL.COM
192	AL	CELINA FERREIRA GAMA GOMES CE****@HOTMAIL.COM
193	AL	CHIRLEY SILVA CH****@GMAIL.COM
194	AL	CHRISTIANE RIBEIRO CH****@OUTLOOK.COM
195	AL	CIBELLE ALBUQUERQUE CI****@GMAIL.COM
196	AL	CIDINHA MELO MC****@GMAIL.COM
197	AL	CINIRA LUANA OLIVEIRA DOS SANTOS CI****@GMAIL.COM
198	AL	CINTHYA SILVA DE LIMA CI****@GMAIL.COM
199	AL	CLAUDIA RANY CL****@GMAIL.COM
200	AL	CLEDIANE VITOR CL****@GMAIL.COM
	AL	CLIENTE SILVA RO****@GMAIL.COM
	AL	CONCEICAO PASSOS CO****@HOTMAIL.COM
	AL	CRISTHIANO CASSEMIRO CR****@GMAIL.COM
	AL	CRISTIANE BRAGA CR****@GMAIL.COM
	AL	CRISTIANE SOUTO SO****@GMAIL.COM
	AL	CRISTINA VASCONCELOS CR****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

Nº UF Cidadão		
207	AL	CRISTOVAO MOURA DE SOUZA BC****@GMAIL.COM
208	AL	CROMMA ODONTO CR****@GMAIL.COM
209	AL	DAIANA ALVES DA SILVA DA****@GMAIL.COM
210	AL	DAIANE MORGANE NUNES SANTOS DA****@GMAIL.COM
211	AL	DAIRES MELO ROCHA BEZERRA OLIVEIRA DA****@HOTMAIL.COM
212	AL	DAMIS PEREIRA DA****@HOTMAIL.COM
213	AL	DANIELA SANTOS JA****@GMAIL.COM
214	AL	DANIELE DA SILVA FERREIRA DA****@ICLOUD.COM
215	AL	DANIELE MORENO TU****@GMAIL.COM
216	AL	DANIEL SANTANA DA****@GMAIL.COM
217	AL	DANILAACIOLE123@HOTMAIL.COM ACIOLE DA****@GMAIL.COM
218	AL	DANI QUARESMA DA****@GMAIL.COM
219	AL	DANY BRASILEIRO DA****@GMAIL.COM
220	AL	DASILVA VIEIRA DA****@GMAIL.COM
221	AL	DAVI AFONSO AM****@GMAIL.COM
222	AL	DAVI RIVERS LA****@GMAIL.COM
223	AL	DAYANE CLARINDO DA****@GMAIL.COM
224	AL	DEBORA MELLO DE****@GMAIL.COM
225	AL	DEILIANE MARIA DE****@HOTMAIL.COM
226	AL	DEISE LEAO DE****@GMAIL.COM
227	AL	DEISE LEAO DE****@GMAIL.COM
228	AL	DENYSE LAVINIA DE****@GMAIL.COM
229	AL	DEUSDETE EVARISTO MACENA DE****@GMAIL.COM
230	AL	DEYWISSON LOPES DE****@GMAIL.COM
231	AL	DILEUZA ALMEIDA BENJAMIM DI****@GMAIL.COM
232	AL	DIOGO COSTA DI****@GMAIL.COM
233	AL	DIOGO SANTOS CARDOSO DY****@GMAIL.COM
234	AL	DIONE FELICIANO DI****@GMAIL.COM
235	AL	ECLEDNA ANDRADE EC****@GMAIL.COM
236	AL	EDCARLOS COSTA CO****@GMAIL.COM
237	AL	EDGLEMES EUSTAQUIO GM****@GMAIL.COM
238	AL	EDIANE DE LIMA ED****@GMAIL.COM
239	AL	EDILENE HONORATO LY****@GMAIL.COM
240	AL	EDIMILTON GUEIROS ED****@GMAIL.COM
241	AL	EDLUCIA ALEXANDRE ED****@GMAIL.COM
242	AL	EDMILSON PROCOPIO PR****@GMAIL.COM
243	AL	EDNA MARIA DOS ANJOS SILVA ED****@GMAIL.COM
244	AL	EDUARDO FAUSTINO FA****@GMAIL.COM
245	AL	EDUARDO MARIO ED****@GMAIL.COM
246	AL	ELAINE LIMA EL****@GMAIL.COM
247	AL	ELDA SOARES SO****@GMAIL.COM
248	AL	ELIANE BRASILEIRO EL****@GMAIL.COM
249	AL	ELIAN SANTOS SA****@GMAIL.COM
250	AL	ELIDA CAVALCANTE EL****@GMAIL.COM
251	AL	ELIENE MARINHO PINTO LI****@GMAIL.COM
252	AL	ELIETE OLIVEIRA EL****@GMAIL.COM
253	AL	ELINE ALVES EL****@GMAIL.COM
254	AL	ELISABETE QUEIROZ QU****@GMAIL.COM
255	AL	ELISANGELA SOARES DE BRITO SO****@GMAIL.COM
256	AL	ELISSANDRA SOARES SA****@GMAIL.COM
257	AL	ELIZIAN OLIVEIRA EL****@GMAIL.COM
258	AL	EMANOEL DOS SANTOS EM****@GMAIL.COM
259	AL	EMERSON NASCIMENTO EM****@GMAIL.COM
260	AL	EMERSON SILVA EM****@GMAIL.COM
261	AL	EMERSON SILVA EV****@GMAIL.COM
262	AL	EMYLLE BARROS EM****@GMAIL.COM
263	AL	ERALDO JORDAO ER****@GMAIL.COM
264	AL	ERIVALDO BARBOSA DA SILVA ER****@GMAIL.COM
265	AL	ESTALENE CORREIA ES****@GMAIL.COM
266	AL	ESTELA LARISSA RIBEIRO SAMPAIO ES****@GMAIL.COM
267	AL	FABIANA ALVES DA SILVA FA****@GMAIL.COM
268	AL	FABIANA DE MEDEIROS BORGES FA****@HOTMAIL.COM
269	AL	FABIANA TEIXEIRA DA SILVA FA****@GMAIL.COM
270	AL	FABIO DA SILVA TEIXEIRA FA****@OUTLOOK.COM
271	AL	FABRICIA FREITAS FA****@GMAIL.COM
272	AL	FABRICIA NUNES FONSECA NF****@GMAIL.COM
273	AL	FABY EPIFANIO BI****@GMAIL.COM
274	AL	FAMILIA LOPES CA****@GMAIL.COM
275	AL	FAMILIA MODERNA FA****@GMAIL.COM
276	AL	FAMILIA SILVA FS****@GMAIL.COM
277	AL	FATIMA GONZAGA GO****@GMAIL.COM
278	AL	FELLIPE DILL DE****@GMAIL.COM
279	AL	FELLIPE RUFINO MELO FE****@GMAIL.COM
280	AL	FERNANDA TOBIAS FE****@GMAIL.COM
281	AL	FLAVIA CRISTINA DANTAS FL****@HOTMAIL.COM
282	AL	FLAVIA XAVIER FL****@GMAIL.COM
283	AL	FLAVIO PAULINO DE ASSIS PAULINO FL****@GMAIL.COM
284	AL	FRANCINE COSTA FT****@GMAIL.COM
285	AL	FRANCISCO DUARTE 82****@GMAIL.COM
286	AL	GABRIEL ILAN GA****@GMAIL.COM
287	AL	GABRIELLA SILVA GA****@GMAIL.COM
288	AL	GBL FFX7 GA****@GMAIL.COM
289	AL	GE FERREIRA FE****@GMAIL.COM
290	AL	GERALDO SANTOS CORDEIRO GE****@GMAIL.COM
291	AL	GICLEANE MOURA GI****@GMAIL.COM
292	AL	GILMARA DE OLIVEIRA FERREIRA GI****@GMAIL.COM
293	AL	GILSA RIVALDO DOS SANTOS GI****@GMAIL.COM
294	AL	GILVANIA SEGOVIA SE****@GMAIL.COM
295	AL	GIRLENE LIMA LI****@GMAIL.COM
296	AL	GISELE BISPO GI****@GMAIL.COM
297	AL	GISLEIDE MARQUES GI****@GMAIL.COM
298	AL	GIZELLE LAYS GI****@GMAIL.COM
299	AL	GLEICE FREITAS GL****@GMAIL.COM
300	AL	GRACA VASCONCELOS GR****@GMAIL.COM
301	AL	GRACE ANNE LIMA DO NASCIMENTO GR****@GMAIL.COM
302	AL	GUSTAVO FELIX CORREIA GU****@GMAIL.COM
303	AL	HDHD BSHDBD ES****@GMAIL.COM
	AL	HELIOMARCOS MATIAS HE****@GMAIL.COM
	AL	HENRIQUE CALDEIDA HE****@GMAIL.COM
	AL	HENRIQUE COUTINHO HE****@GMAIL.COM
	AL	HENRIQUE FEITOSA HE****@GMAIL.COM
	AL	HENRIQUE SANTOS DE MENEZES HENRIQUE DE MENEZES HE****@GMAIL.COM
	AL	HIAGO MIGUEL ABREU DE ATAIDE MI****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

Nº UF Cidadão		
310	AL	IAN ALEXANDRE AL****@GMAIL.COM
311	AL	IARA NOGUEIRA IA****@HOTMAIL.COM
312	AL	IGOR BARROS PONTES LIMA IG****@GMAIL.COM
313	AL	IGOR CALADO IC****@GMAIL.COM
314	AL	IGORRAY TENORIO LE****@GMAIL.COM
315	AL	INES CLEMENTE IN****@GMAIL.COM
316	AL	IONE PEREIRA IO****@GMAIL.COM
317	AL	IRENE ELIAS IR****@GMAIL.COM
318	AL	ISABELY AMORIM LIRA DE ARAUJO IS****@GMAIL.COM
319	AL	ISRA ELIAS VS****@GMAIL.COM
320	AL	ITAMARA LOPES IT****@GMAIL.COM
321	AL	ITTALO HENRIQUE IT****@HOTMAIL.COM
322	AL	IVANISE R. DE ASEVEDO RODRIGUES IV****@GMAIL.COM
323	AL	IZABELLA MARIA IZ****@GMAIL.COM
324	AL	IZAURA MARIA DA ENCARNACAO IZ****@HOTMAIL.COM
325	AL	JACIARA SOUZA DA SILVA FE****@GMAIL.COM
326	AL	JACIELLY CRISTINA ANDRADE NASCIMENTO JA****@GMAIL.COM
327	AL	JACKELINE MATOS DA SILVA JA****@GMAIL.COM
328	AL	JACQUELINE BEZERRA BE****@GMAIL.COM
329	AL	JACQUELINE FEITOSA JA****@GMAIL.COM
330	AL	JACQUELINE MARINHO JM****@GMAIL.COM
331	AL	JAILSON AMORIM JA****@GMAIL.COM
332	AL	JAMERSON SILVA JA****@GMAIL.COM
333	AL	JAMES SOARES BRITO JA****@GMAIL.COM
334	AL	JAMILY SILVA JS****@GMAIL.COM
335	AL	JANAINA DUARTE DU****@GMAIL.COM
336	AL	JANEIDE DA SILVA FEITOSA DA****@GMAIL.COM
337	AL	JANIELLY CAVALCANTE LU****@GMAIL.COM
338	AL	JANIO SANTOS SILVA JA****@HOTMAIL.COM
339	AL	JAUDIER MELO MELO JA****@GMAIL.COM
340	AL	JAYLLANE ALMEIDA JA****@GMAIL.COM
341	AL	JEANE COSTA DA SILVA JE****@GMAIL.COM
342	AL	JEFFERSON DA SILVA RO****@GMAIL.COM
343	AL	JEFFERSON PEDRO OLIVEIRA DE GUSMAO PE****@HOTMAIL.COM
344	AL	JENIFER DA SILVA BEZERRA JE****@GMAIL.COM
345	AL	JESSICA DAYANE DE SOUZA WANDERLEY FERNANDES J ****@HOTMAIL.COM
346	AL	JESSICA PRADO CA****@GMAIL.COM
347	AL	JHONATHANY DE OLIVEIRA SILVA JH****@GMAIL.COM
348	AL	JOANA BERNARDO BE****@GMAIL.COM
349	AL	JOAO JOAQUIM JE****@GMAIL.COM
350	AL	JOAO NETO JV****@GMAIL.COM
351	AL	JOAO SOUZA JO****@FDA.UFAL.BR
352	AL	JOCEMILDO JUNIOR JU****@HOTMAIL.COM
353	AL	JOCIELMA SILVA JO****@GMAIL.COM
354	AL	JOHNATAN FERREIRA FE****@GMAIL.COM
355	AL	JOISE LUCIA DA SILVA COSTA JO****@GMAIL.COM
356	AL	JOISE LUCIA DA SILVA COSTA JO****@HOTMAIL.COM
357	AL	JOSE ADEILDO AD****@GMAIL.COM
358	AL	JOSE ARNILDO OLIVEIRA JA****@GMAIL.COM
359	AL	JOSE CICERO DO NASCIMENTO SANTOS CI****@YAHOO.COM
360	AL	JOSE CICERO MELO DOS SANTOS JO****@GMAIL.COM
361	AL	JOSE DE LADO JO****@GMAIL.COM
362	AL	JOSE ERY'S JOHNATAN DOS SANTOS CARMO ER****@GMAIL.COM
363	AL	JOSEFA MARIA JO****@GMAIL.COM
364	AL	JOSE FERNANDO DA SILVA FE****@ICLOUD.COM
365	AL	JOSE GUSTAVO CONCEICAO DOS SANTOS GU****@GMAIL.COM
366	AL	JOSE PAULO JP****@GMAIL.COM
367	AL	JOSE RICARDO DOS SANTOS JR****@GMAIL.COM
368	AL	JOSIELMA JESUS DA SILVA JO****@GMAIL.COM
369	AL	JOYCE ALVES JO****@GMAIL.COM
370	AL	JOZANES VIEIRA JO****@GMAIL.COM
371	AL	JULIANA LIRA JU****@GMAIL.COM
372	AL	JULIANA OLIVEIRA JU****@GMAIL.COM
373	AL	JULIANA PEREIRA DA SILVA JU****@GMAIL.COM
374	AL	JULIANA SANTANA LE****@HOTMAIL.COM
375	AL	KAL ARAUJO09 KA****@GMAIL.COM
376	AL	KALINE DE OLIVEIRA SILVA KA****@GMAIL.COM
377	AL	KALYNE MARIA DA SILVA KA****@HOTMAIL.COM
378	AL	KARLA LETYCIA DO NASCIMENTO GUILHERMINO DA CRUZ KA****@GMAIL.COM
379	AL	KARLA MONTEIRO KA****@GMAIL.COM
380	AL	KAROLLAYNE PEREIRA PE****@GMAIL.COM
381	AL	KAROL SANTOS KA****@GMAIL.COM
382	AL	KARYNE SANTOS KA****@GMAIL.COM
383	AL	KATHELLYN LAYANE ZI****@GMAIL.COM
384	AL	KATIANA SILVA DE ALMEIDA KS****@HOTMAIL.COM
385	AL	KEROLEN18 ALVES KE****@GMAIL.COM
386	AL	KESSIA SOUZA KE****@GMAIL.COM
387	AL	KHAYQUE ROGERIO KH****@GMAIL.COM
388	AL	KLEIDIVAN SILVA KL****@GMAIL.COM
389	AL	LAIANE SABINO DA SILVA SA****@GMAIL.COM
390	AL	LANAY BARBOSA LA****@GMAIL.COM
391	AL	LARISSA REIS LA****@GMAIL.COM
392	AL	LARISSE SANTOS SL****@GMAIL.COM
393	AL	LARY SILVA HI****@GMAIL.COM
394	AL	LAURA RAYSSA ROCHA DE OLIVEIRA LA****@ALUNO.EDUC.AL.GOV.BR
395	AL	LEONARDO JOSE AMORIM SACRAMENTO LE****@GMAIL.COM
396	AL	LEONARDO TERTULIANO LE****@GMAIL.COM
397	AL	LETICIA BEATRIZ ALVES NOBRE LB****@GMAIL.COM
398	AL	LETICIA CASTRO LE****@GMAIL.COM
399	AL	LETICIA SANTOS GOMES LE****@GMAIL.COM
400	AL	LIDICE LINS LI****@GMAIL.COM
401	AL	LILIANA MELO LI****@HOTMAIL.COM
402	AL	LILIANE MARIA MA****@GMAIL.COM
403	AL	LILIANE SOARES LI****@GMAIL.COM
404	AL	LIVIA OLIVEIRA LI****@GMAIL.COM
405	AL	LUA ANDRADE LU****@LIVE.COM
406	AL	LUANA AMORIM AM****@GMAIL.COM
	AL	LUANA CAROLINE LU****@GMAIL.COM
	AL	LUANA CARVALHO LU****@HOTMAIL.COM
	AL	LUANNA STHEFANYE ST****@GMAIL.COM
	AL	LUAN SOUZA AL LU****@GMAIL.COM
	AL	LUCAS JORDAN LU****@GMAIL.COM
	AL	LUCIANA SANTOS LU****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

Nº UF Cidadão		
413	AL	LUCIANO LOPES DA SILVA DA****@GMAIL.COM
414	AL	LUCIDALVA TAVARES TA****@GMAIL.COM
415	AL	LUCILANE TERTULIANO LU****@GMAIL.COM
416	AL	LUCIMARA SANTOS VIEIRA LU****@GMAIL.COM
417	AL	LUCINEIDESANTOS SANTOS LU****@GMAIL.COM
418	AL	LUCIVANIA LIMA DA SILVA LU****@GMAIL.COM
419	AL	LUCY OLIVEIRA LU****@GMAIL.COM
420	AL	LUIZ FELIPE FAUSTINO DA SILVA SANTOS LF****@GMAIL.COM
421	AL	LUIZ MOURA LU****@GMAIL.COM
422	AL	LUKAS COUTO LU****@GMAIL.COM
423	AL	LUZIA VIEIRA LU****@GMAIL.COM
424	AL	MAIS SORRISO CL****@GMAIL.COM
425	AL	MAKSON RAFAEL MK****@GMAIL.COM
426	AL	MANUAL BERNARDO MA****@GMAIL.COM
427	AL	MARA MARINNA MA****@GMAIL.COM
428	AL	MARCELA TRAJANO SANTOS MA****@HOTMAIL.COM
429	AL	MARCELO CARLOS VI****@GMAIL.COM
430	AL	MARCIA CRISTINA MA****@GMAIL.COM
431	AL	MARCIA REGINA SILVA DE MELO GI****@HOTMAIL.COM
432	AL	MARCIA SARANNA MA****@GMAIL.COM
433	AL	MARCIA SILVA DE LIMA MA****@GMAIL.COM
434	AL	MARCOS ANTONIO DE ARAUJO MA****@HOTMAIL.COM
435	AL	MARCOS MACIEL MA****@GMAIL.COM
436	AL	MARCOS SILVANO SILVA VA****@GMAIL.COM
437	AL	MARCUS CORREA MENDES FA****@GMAIL.COM
438	AL	MARIA ALINE FERRO AL****@GMAIL.COM
439	AL	MARIA BEATRIZ GAMA MA****@GMAIL.COM
440	AL	MARIA CRISVALMA DI****@GMAIL.COM
441	AL	MARIA DE LOURDES GUERRA DA SILVA LO****@HOTMAIL.COM
442	AL	MARIA DE OLIVEIRA SOARES MA****@GMAIL.COM
443	AL	MARIA ISABELA PADILHA RIBEIRO DAMASCENO MI****@HOTMAIL.COM
444	AL	MARIA JOSE ALVES BEZERRA KL****@GMAIL.COM
445	AL	MARIA JOSE DA CONCEICAO MA****@GMAIL.COM
446	AL	MARIA JOSE RIVALDO DOS SANTOS MA****@GMAIL.COM
447	AL	MARIA LEIZIANE PEREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA LE****@GMAIL.COM
448	AL	MARIA LUCIANA ROCHA MA****@GMAIL.COM
449	AL	MARIA SANDRA SA BORGES SA****@HOTMAIL.COM
450	AL	MARIA VERA VM****@GMAIL.COM
451	AL	MARILIA CARVALHO DE OLIVEIRA LI****@HOTMAIL.COM
452	AL	MARILIA CARVALHO MA****@GMAIL.COM
453	AL	MARIO VIANA MA****@GMAIL.COM
454	AL	MARLENE DA SILVA MA****@GMAIL.COM
455	AL	MARRYARA PIETRA DA SILVA BATISTA MA****@GMAIL.COM
456	AL	MARTA SANTOS MA****@GMAIL.COM
457	AL	MARYA MARYLIA MA****@GMAIL.COM
458	AL	MATHEUS EMANUEL AMORIM CARDOSO MA****@GMAIL.COM
459	AL	MAURICIO DIONIZIO DA SILVA MA****@HOTMAIL.COM
460	AL	MAURICIO MARCELINO ALVES M. ****@HOTMAIL.COM
461	AL	MENINOS CACADORES DE LENDA AL****@GMAIL.COM
462	AL	MEYIRE DE FARIAS LEITE ME****@GMAIL.COM
463	AL	M F MO****@GMAIL.COM
464	AL	MICHELLE MAIA DO NASCIMENTO MI****@GMAIL.COM
465	AL	MICHELLE SILVA MI****@GMAIL.COM
466	AL	MICHELLY VICENTE MI****@GMAIL.COM
467	AL	MIKAELLY COLOMBINO MI****@GMAIL.COM
468	AL	MILENA MENDES MI****@HOTMAIL.COM
469	AL	MILLENE ADRIANE DA GRACA SANTOS MI****@HOTMAIL.COM
470	AL	MILLENY IZIDORIO MI****@GMAIL.COM
471	AL	MOISES MAURO MO****@GMAIL.COM
472	AL	MONIQUE GUIMARAES CORREIA MO****@GMAIL.COM
473	AL	MORANA OLIVEIRA MO****@GMAIL.COM
474	AL	MSUELI ACIOLE MA****@GMAIL.COM
475	AL	MYSIA ALVES DE SOUZA MY****@HOTMAIL.COM
476	AL	NADJA CARLA NA****@GMAIL.COM
477	AL	NADJANE GUSMAO NA****@GMAIL.COM
478	AL	NATHALYA LIMA NA****@HOTMAIL.COM
479	AL	NATHANIELLE FREITAS FR****@GMAIL.COM
480	AL	NEIDE PASSOS PA****@GMAIL.COM
481	AL	NETO AMORIM NE****@HOTMAIL.COM
482	AL	NETO LIMA NE****@GMAIL.COM
483	AL	NEVELLYN JOICE DA SILVA JO****@GMAIL.COM
484	AL	NICOLLY BUIQUE NI****@GMAIL.COM
485	AL	NIEDJA SILVA SOUSA NI****@GMAIL.COM
486	AL	NORMA FIALHO FI****@GMAIL.COM
487	AL	NUBIA FRANCISCO NU****@GMAIL.COM
488	AL	ODONTOLOGIA HU OD****@GMAIL.COM
489	AL	OLGA CARVALHO JP****@GMAIL.COM
490	AL	PAMMELA CRISTHNE FARIAS SILVA PA****@HOTMAIL.COM
491	AL	PATRICIA ALCILENE TEIXEIRA DA SILVA SO****@GMAIL.COM
492	AL	PATRICIA ARAUJO1052 PA****@GMAIL.COM
493	AL	PATRICIA M.C.S PA****@GMAIL.COM
494	AL	PATRICIA MENDES GUIMARAES PA****@GMAIL.COM
495	AL	PATRICIA SANTOS PA****@GMAIL.COM
496	AL	PATRICIA SILVA PS****@GMAIL.COM
497	AL	PATRICIA TORRES DR****@HOTMAIL.COM
498	AL	PATRICK LEITE DE ALMEIDA PA****@GMAIL.COM
499	AL	PAULA LOPES PA****@GMAIL.COM
500	AL	PAULA V PA****@GMAIL.COM
501	AL	PAULO CESAR DE ARAUJO PA****@GMAIL.COM
502	AL	PAULO CESAR PA****@GMAIL.COM
503	AL	PAULO HENRIQUE PH****@GMAIL.COM
504	AL	PAULOROBERTO SANTOS SA****@GMAIL.COM
505	AL	PEDRO SANTOS DUQUEPEDRON PE****@GMAIL.COM
506	AL	PRISCILA ROCHA PR****@GMAIL.COM
507	AL	QUINOR BERNARDO BE****@GMAIL.COM
508	AL	QUITERIA SANTOS NE****@GMAIL.COM
509	AL	RAFAEL SANTOS RA****@GMAIL.COM
	AL	RAYANE QUEIROZ QU****@GMAIL.COM
	AL	REBECA OLIVEIRA ALEXANDRE BE****@HOTMAIL.COM
	AL	REJANE LINS RE****@HOTMAIL.COM
	AL	RODRIGO APARECIDO PETINATI RO****@HOTMAIL.COM
	AL	ROGERIO COSTA RO****@GMAIL.COM
	AL	ROGERIO SOARES DA LUZ BARBOSA RG****@HOTMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

Nº UF Cidadão		
516	AL	ROMARIO SANTOS RO****@GMAIL.COM
517	AL	RONNDINELLY BARBOSA RO****@GMAIL.COM
518	AL	ROSANA SOARES SO****@GMAIL.COM
519	AL	ROSANGELA DOS SANTOS CO****@GMAIL.COM
520	AL	ROSANGELA DOS SANTOS SILVA RS****@GMAIL.COM
521	AL	ROSARIO FREIRE RO****@GMAIL.COM
522	AL	ROSEANE BARBOSA RO****@GMAIL.COM
523	AL	ROSILANE BARROS PONTES RO****@GMAIL.COM
524	AL	ROSI MACHADO RO****@GMAIL.COM
525	AL	ROZEVALDO PERETE DOS SANTOS RO****@HOTMAIL.COM
526	AL	ROZINEI MELO BRITO RO****@GMAIL.COM
527	AL	RUTE BEATRIZ RU****@GMAIL.COM
528	AL	RYANBR3 ACIOLE AC****@GMAIL.COM
529	AL	SAMY SILVA SA****@GMAIL.COM
530	AL	SANDRA BARBOSA SA****@HOTMAIL.COM
531	AL	SANDRA DE OLIVEIRA SA****@HOTMAIL.COM
532	AL	SANDRA SILVA DA LUS ALVES SA****@GMAIL.COM
533	AL	SANDRA VIANA DOS SANTOS SA****@HOTMAIL.COM
534	AL	SAVIA BELO SA****@GMAIL.COM
535	AL	SELMA SANTOS SE****@GMAIL.COM
536	AL	SERGIO SOUZA DA SILVA VA****@HOTMAIL.COM
537	AL	SIBELLY MENDES SI****@HOTMAIL.COM
538	AL	SILEA FERNANDES DE ANDRADE SI****@HOTMAIL.COM
539	AL	SILVA EMERSON SE****@GMAIL.COM
540	AL	SILVIA NORBERTO SILVA SI****@GMAIL.COM
541	AL	SILVIA OLIVEIRA AL****@HOTMAIL.COM
542	AL	SIMETRIA ODONTOLOGIA SI****@GMAIL.COM
543	AL	SIMONE ALVES DOS SANTOS SILVA SI****@OUTLOOK.COM
544	AL	SIRLENE LIMA SI****@HOTMAIL.COM
545	AL	STHEFFANY MARIA ST****@GMAIL.COM
546	AL	SUELY LOPES MA****@HOTMAIL.COM
547	AL	TAINA ALVES TA****@GMAIL.COM
548	AL	TAMIRES GABRIELA DOS ANJOS LESSA GA****@HOTMAIL.COM
549	AL	THAIS NICOLLE TH****@GMAIL.COM
550	AL	THALITA LIRA TH****@GMAIL.COM
551	AL	THATIANE LIRA LI****@GMAIL.COM
552	AL	THAYSA TAMIRES DA SILVA CANDIDO TH****@OUTLOOK.COM
553	AL	THIAGO LUCAS TH****@GMAIL.COM
554	AL	TIAGO VINICIUS MONTEIRO LIMA MO****@GMAIL.COM
555	AL	UANDERLEY BARBOSA DA SILVA UA****@GMAIL.COM
556	AL	VALDEMIR GARDINO VA****@GMAIL.COM
557	AL	VALDISE ALMEIDA AL****@GMAIL.COM
558	AL	VALTER DOS SANTOS VA****@GMAIL.COM
559	AL	VANESKA MARIA DA SILVA BORBA VA****@HOTMAIL.COM
560	AL	VANESSA COSMETICOS VA****@GMAIL.COM
561	AL	VANESSA MENEZES VA****@GMAIL.COM
562	AL	VANESSA ROSE VA****@GMAIL.COM
563	AL	VANESSA SANTOS 20****@GMAIL.COM
564	AL	VANIA AFONSO VA****@GMAIL.COM
565	AL	VERA LUCIA VE****@GMAIL.COM
566	AL	VICTOR BARROS VI****@GMAIL.COM
567	AL	VICTOR GOMES VI****@GMAIL.COM
568	AL	VICTORIA ANTONELLA DE OLIVEIRA COSTA VI****@GMAIL.COM
569	AL	VICTORIA GABRIELLY MELO CANUTO VI****@OUTLOOK.COM
570	AL	VICTOR RIBEIRO VI****@GMAIL.COM
571	AL	VINICIUS MATOS BENJAMIM LEAL VI****@GMAIL.COM
572	AL	VITORIA JULIANA LOPES FELISMINO VI****@GMAIL.COM
573	AL	VITORIA JULIANA VI****@GMAIL.COM
574	AL	VITORIA LP VI****@GMAIL.COM
575	AL	VIVIANE ANDRADE DA SILVA AN****@GMAIL.COM
576	AL	WARLA MACIEL DOS SANTOS WA****@HOTMAIL.COM
577	AL	WELMA LEANDRO LOPES WE****@HOTMAIL.COM.BR
578	AL	WERUSKA MELO DE LUCENA WE****@GMAIL.COM
579	AL	WERVERTON FELIPE LI****@GMAIL.COM
580	AL	WILLIANY CRISTINA WI****@GMAIL.COM
581	AL	WILMA OLIVEIRA MARQUES WI****@GMAIL.COM
582	AL	WIVERSON DIA SANTOS SILVA WI****@HOTMAIL.COM
583	AL	YASMIN LEANDRO SILVA NUNES YA****@GMAIL.COM
584	AL	YNA BULHOES YN****@HOTMAIL.COM
585	AL	YSMAELLY VITORIA YS****@GMAIL.COM
586	AL	ZANNA FARIAS ZA****@GMAIL.COM
587	AL	ZENILTON BARBOSA ZE****@GMAIL.COM
588	AL	ZEQUINHA LESSA LE****@GMAIL.COM
589	AL	ZULEIDE CAVALCANTE ZU****@HOTMAIL.COM
590	AM	ADERBAL SANTIAGO AD****@GMAIL.COM
591	AM	ADNA GOMES DE SOUZA AD****@HOTMAIL.COM
592	AM	ADRIELE OLIVEIRA AD****@GMAIL.COM
593	AM	ADRINA ABREU AD****@GMAIL.COM
594	AM	ALANA SOUZA DE MELO AL****@GMAIL.COM
595	AM	ALESSANDRA DE CASTRO MORAES AL****@GMAIL.COM
596	AM	ALINE ALMEIDA AL****@GMAIL.COM
597	AM	ALINE RUTH GOMES AL****@GMAIL.COM
598	AM	ALLEX BEVILAQUA BE****@GMAIL.COM
599	AM	ALZENIRA CAMPOS AL****@GMAIL.COM
600	AM	AMANDA MOTTA AM****@GMAIL.COM
601	AM	AMARILES BENTES DE SOUZA AM****@GMAIL.COM
602	AM	ANA BEATRIZ BENTES BY****@GMAIL.COM
603	AM	ANA PAULA MARTINS DE ARAUJO PA****@GMAIL.COM
604	AM	ANDERSON DANTAS DOS SANTOS DO****@HOTMAIL.COM
605	AM	ANDERSON SILVA DE SA AS****@GMAIL.COM
606	AM	ANDRE DOS SANTOS REGIS AR****@GMAIL.COM
607	AM	ANDREIA NASARE DA ROCHA RA****@GMAIL.COM
608	AM	ANDRYA SOUZA AN****@GMAIL.COM
609	AM	ANGELA MARIA RAMOS RA****@GMAIL.COM
610	AM	ANNA LIMMA LI****@GMAIL.COM
611	AM	ANTONIO GIOVANNI PONTES VIANA AG****@GMAIL.COM
612	AM	AOASJ FARMACOLOGIA IT****@GMAIL.COM
	AM	ARQUIMEDES JOSE NAVARRO AR****@GMAIL.COM
	AM	AURILEIA ALMEIDA DE OLIVEIRA AU****@GMAIL.COM
	AM	BABI FIGUEIREDO ARAUJO BA****@GMAIL.COM
	AM	BABYANNE FERNANDES BA****@GMAIL.COM
	AM	BEATRIZ SILVA BE****@GMAIL.COM
	AM	BERNA GAMES E VLOGS FL****@GMAIL.COM



LISTA DE APOIADORES DA IDEIA LEGISLATIVA 161458

Nº UF Cidadão		
619	AM	BIANCA BRAGA BI****@GMAIL.COM
620	AM	BIANCA SOARES BI****@GMAIL.COM
621	AM	BIANCA VICTORIA DE OLIVEIRA ALVES BI****@GMAIL.COM
622	AM	BLACKOUT TV WE****@GMAIL.COM
623	AM	BRUNA KRISTIANE BARBOSA DOS SANTOS BK****@UEA.EDU.BR
624	AM	BRUNO SOUZA BR****@GMAIL.COM
625	AM	CARMEN COSTA DAMASCENO CD****@GMAIL.COM
626	AM	CELIA LIMA CE****@GMAIL.COM
627	AM	CIRNEUDA TORRES NE****@GMAIL.COM
628	AM	CRISTIANO ALMEIDA CR****@GMAIL.COM
629	AM	DANIEL PRESTES DF****@GMAIL.COM
630	AM	DANIELY SOARES DA****@GMAIL.COM
631	AM	DAVID FLURINDO DF****@GMAIL.COM
632	AM	DAYANE CRUZ DA****@GMAIL.COM
633	AM	DE ARAUJO HI****@GMAIL.COM
634	AM	DEBOORA LIMA DE****@GMAIL.COM
635	AM	DEBORA DAMILLY DA****@GMAIL.COM
636	AM	DEBORA IZEL MO****@GMAIL.COM
637	AM	DIEGO BRANDOW TAKAMATSU BARBOSA DI****@GMAIL.COM
638	AM	DIEGO SILVA DI****@GMAIL.COM
639	AM	DIOFF LUCAS PENAFORTH DH****@GMAIL.COM
640	AM	DUBRASSKA FABIOLA ALAYON DU****@GMAIL.COM
641	AM	DUDA MORAES MA****@GMAIL.COM
642	AM	ELISSANDRA SOUZA SO****@GMAIL.COM
643	AM	ELITON TAVARES EL****@GMAIL.COM
644	AM	ELIVALDO FAUSTINO EL****@GMAIL.COM
645	AM	ELVIS CAIO DIAS VERCOSA EL****@GMAIL.COM
646	AM	ERIANE DE CARVALHO ROSENDO ER****@GMAIL.COM
647	AM	ERICA SILVA ER****@GMAIL.COM
648	AM	ERIKA XAVIER ER****@GMAIL.COM
649	AM	ESTEFANY DA SILVA ES****@GMAIL.COM
650	AM	EUTON AGUIAR EU****@GMAIL.COM
651	AM	FABIANA KUVAN KU****@OUTLOOK.COM
652	AM	FERNANDA CARDOSO FE****@GMAIL.COM
653	AM	FRANCCY MARTINS FR****@GMAIL.COM
654	AM	GABRIELLE FERREIRA FE****@GMAIL.COM
655	AM	GAROTO NEGRO RE****@GMAIL.COM
656	AM	GENILSON MAGALHAES TRINDADE GM****@GMAIL.COM
657	AM	GEO DUARTE GE****@GMAIL.COM
658	AM	GEOVANNA DA SILVA FERREIRA GE****@OUTLOOK.COM
659	AM	GESSYLANE MARIA DE MACEDO SOUZA GE****@GMAIL.COM
660	AM	GESTAO FINANCEIRA TG****@GMAIL.COM
661	AM	GIESI LEMOS DE OLIVEIRA GI****@GMAIL.COM
662	AM	GILSON COSTA GI****@GMAIL.COM
663	AM	GISLAYNE CABRAL SOUZA SO****@GMAIL.COM
664	AM	GIULLY FERREIRA GI****@GMAIL.COM
665	AM	GLAUCIANE SAMPAIO GL****@GMAIL.COM
666	AM	GRACIETE SILVA SI****@GMAIL.COM
667	AM	GUSTAVO DO NASCIMENTO DANIEL GU****@GMAIL.COM
668	AM	HANNY HADASSA HA****@GMAIL.COM
669	AM	HORHAYNNA FERREIRA CARVALHO HA****@GMAIL.COM
670	AM	HUDSON LOURENCO HU****@GMAIL.COM
671	AM	INGLITH RAMIRES DOS SANTOS IN****@GMAIL.COM
672	AM	INGRID LUCIANA DE SOUZA MARQUES IN****@GMAIL.COM
673	AM	ISABELLA MORAES BE****@GMAIL.COM
674	AM	ISABELLY LIMA IS****@GMAIL.COM
675	AM	ISRAEL EDUARDO IS****@GMAIL.COM
676	AM	IVANA SANTO CRUZ IV****@GMAIL.COM
677	AM	IZABEL GARCIA GUEDES LEZAMA IZ****@GMAIL.COM
678	AM	JANETE MONTEFUSCO JA****@GMAIL.COM
679	AM	JENNIFER NASCIMENTO JE****@GMAIL.COM
680	AM	JESSICA COSTA JE****@GMAIL.COM
681	AM	JESSICA LOYANE ALMEIDA SILVA EN****@GMAIL.COM
682	AM	JESSICA SILVA JE****@GMAIL.COM
683	AM	JOAO PETRUS JP****@GMAIL.COM
684	AM	JOELMA DANTAS BACELAR JO****@GMAIL.COM
685	AM	JOSE RICARDO DE SOUZA LOPES JR****@GMAIL.COM
686	AM	JOSE RONEY ARAUJO NUNES RO****@GMAIL.COM
687	AM	JOSIELMA CRYSCIA SOUZA SILVA JO****@GMAIL.COM
688	AM	JULIA SOUZA JU****@GMAIL.COM
689	AM	JULIA SOUZA JU****@GMAIL.COM
690	AM	JULICLEIA COSTA DE SOUZA JH****@GMAIL.COM
691	AM	KAIO VICTOR KA****@GMAIL.COM
692	AM	KAMILA ARAUJO JESUS AR****@GMAIL.COM
693	AM	KAMILLA KOTOE MI****@GMAIL.COM
694	AM	KAREN NOBRE KA****@GMAIL.COM
695	AM	KAREN ROSA KR****@GMAIL.COM
696	AM	KARINY KETLEN KA****@GMAIL.COM
697	AM	KAYKE SOUZA KA****@GMAIL.COM
698	AM	KEINARA KETHLEN KE****@GMAIL.COM
699	AM	KELVY VIEIRA DE LIMA KE****@HOTMAIL.COM
700	AM	KETHELEN ABREU KE****@GMAIL.COM
701	AM	KETHLEN LIMA KE****@GMAIL.COM
702	AM	KETLEN ARAGAO OM****@HOTMAIL.COM
703	AM	KEVENY LIMA SANTOS KE****@GMAIL.COM
704	AM	KEYLA SOUZA KE****@GMAIL.COM
705	AM	LARISSA MENEZES LA****@GMAIL.COM
706	AM	LAURA FERREIRA LA****@GMAIL.COM
707	AM	LEILANE MATTOS LE****@GMAIL.COM
708	AM	LEUNITA DA COSTA JACOMYNOUT NI****@GMAIL.COM
709	AM	LIDIANE FARIAS DA SILVA LI****@GMAIL.COM
710	AM	LILIA MACEDO MA****@GMAIL.COM
711	AM	LILIANE COSTA DA SILVA LI****@GMAIL.COM
712	AM	LILIANE SILVA SANTOS LI****@GMAIL.COM
713	AM	LIZANIA FERNANDES DA SILVA LI****@GMAIL.COM
714	AM	LUANA DEBORA SANTOS DA SILVA LU****@GMAIL.COM
715	AM	LUANA FERREIRA LU****@GMAIL.COM
	AM	LUANA FERREIRA LU****@GMAIL.COM
	AM	LUCIETE MACEDO LU****@GMAIL.COM
	AM	LUIZ CARLOS ROZENDO MEDEIROS LU****@GMAIL.COM
	AM	LUIZ HENRIQUE RODRIGUES DE ALMEIDA LU****@GMAIL.COM
	AM	LUZIANE CAMPOS LU****@GMAIL.COM
	AM	LUZINETE DE OLIVEIRA COELHO CA****@HOTMAIL.COM



8



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de um ciclo de audiências públicas para debater a SUG 12, de 2018, que Institui o Estatuto do Trabalho e regulamenta os Arts. 7º a 11 da Constituição Federal

JUSTIFICAÇÃO

A SUG nº 12, de 2018, foi elaborada durante o funcionamento da Subcomissão do Estatuto do Trabalho – CDHET, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho.

A Sugestão encontra-se em tramitação nesta comissão. Diante da importância e complexidade do tema, solicitamos a realização de um ciclo de audiências para debater a SUG 12, de 2018.

Espero contar com o apoio dos nobres Pares.

Sala da Comissão, de de .

Senador Paulo Paim
(PT - RS)



9



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de um ciclo de audiências públicas para debater "A fome no Brasil"

JUSTIFICAÇÃO

A fome no Brasil, infelizmente, é um problema histórico. A sua incidência oscila, mas persiste. Nos últimos anos, houve um aumento de pessoas com privação de alimentos, vivendo em situação de fome ou em insegurança alimentar.

Esse problema estrutural tem entre as principais causas a desigualdade socioeconômica e a pobreza, que se agravam diante das crises sociais e econômicas, e pela ausência ou redução de políticas voltadas ao combate à fome.

Conforme divulgado pela grande mídia, com o aumento da fome, atualmente, mais de 33 milhões de brasileiros se encontram em insegurança alimentar. Conceito, o qual, tem como fatores associados a acessibilidade das famílias a alimento, ou seja, se a família tem dinheiro para comprar comida ou não; a disponibilidade de alimentos nos supermercados e locais de venda; a continuidade da alimentação ao longo do tempo, se as pessoas têm acesso a alimentos o ano todo; e a relação nutricional dos alimentos consumidos, que devem fornecer a quantidade de calorias e nutrientes necessários.

A fome é um fenômeno social complexo. A sua compreensão exige uma análise aprofundada.



Dessa forma, é necessário que, esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, realize um ciclo de audiências públicas para debater com especialistas, governo e toda a sociedade, com a finalidade de compreender as causas e apontar soluções capazes de contribuir para o enfrentamento do flagelo da fome no Brasil.

Sala da Comissão, de de .

Senador Paulo Paim
(PT - RS)



10



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2023 - CDH, com o objetivo de instruir o PL 1246/2019, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que ‘estabelece as diretrizes e bases da educação nacional’” sejam incluídos os seguintes convidados:

- o Doutor Quirino Cordeiro Júnior, formado em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e doutor em Psiquiatria pela mesma instituição. É professor adjunto do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo - do qual foi diretor entre 2011 e 2017 - e professor afiliado do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp);
- a Senhora Erenice Natália Soares de Carvalho, Conselheira de Educação do Distrito Federal;
- o Senhor José Turozi, Presidente da Apae Brasil;
- o Senhor Fernando Cotta, fundador e Diretor Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB);
- a Senhora Viviani Guimarães, Diretora do grupo "MAIS INCLUSÃO";
- a Senhora Márcia Cristina Pereira, diretora de ensino do Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB).



Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2023 - CDH, com o objetivo de instruir o PL 1246/2019, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que ‘estabelece as diretrizes e bases da educação nacional’” sejam incluídos os seguintes convidados:

Sala da Comissão, 16 de março de 2023.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)



11



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Girão

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a SUG 1/2020.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, ex - Ministro da Economia;
- o Senhor Marcel Van Hattem, Deputado Federal;
- o Senhor Luiz Felipe D'Avila, administrador, cientista político, professor e escritor brasileiro;
- o Senhor Salim Mattar, ex - secretário de desestatização do governo Bolsonaro;
- a Senhora Marina Helena Santos, foi Diretora de Programas da Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia em 2019;
- o Senhor Marcelo Gomes Meirelles, foi Presidente do Conselho de Administração dos correios e ex Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

JUSTIFICAÇÃO

A privatização dos Correios no Brasil é um tema que tem gerado muita discussão e controvérsia nos últimos anos. Há muitas razões pelas quais esse assunto precisa ser debatido de forma aberta e transparente. Alguns deles incluem:

Eficiência e Qualidade: A privatização dos Correios pode levar a uma maior eficiência e qualidade nos serviços prestados aos usuários. As empresas



privadas têm mais incentivos para oferecer serviços de alta qualidade e se adequam rapidamente às mudanças tecnológicas e de mercado. Isso pode levar a uma redução no tempo de entrega, melhoria na qualidade do serviço e maior satisfação do cliente. No atual formato, só em 2020, o Procon-SP contabilizou um aumento de 398,58% no número de reclamações contra este setor. O levantamento do órgão de defesa do consumidor é um indicativo da grande ineficiência e morosidade dos serviços prestados por parte da estatal.

Custo e sustentabilidade: A privatização pode levar a uma redução de custos para o governo e maior sustentabilidade financeira para a empresa. Isso pode liberar recursos públicos para outras áreas e permitir que a empresa opere de forma mais autônoma, sem a necessidade de apoio financeiro contínuo do governo.

Desempenho insatisfatório e uso indevido da estatal: Os Correios têm enfrentado muitos problemas nos últimos anos, incluindo greves frequentes, atrasos nas entregas, problemas de gestão e má qualidade dos serviços, sem falar nos inúmeros casos de corrupção que se tronaram de conhecimento público. Além disso, há também um vasto histórico de ingerências, constatando que o órgão foi usado por muito tempo para fortalecer bases eleitorais através de cabides de empregos. Esses problemas levaram muitos a questionar se a empresa ainda é capaz de cumprir seu papel como prestadora de serviços públicos essenciais.

Por todo o exposto solicito o apoio dos meus Pares na aprovação deste Requerimento para discutirmos se a privatização não poderia ser uma solução para esses problemas.

Sala da Comissão, de de .

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)



12



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

REQUERIMENTO Nº DE - CDH

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir “A violência Política contra a Mulher e o papel do Poder Legislativo em ações concretas de proteção”.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- a Exma. Sra. Aparecida Gonçalves, Ministra da Mulher;
- a Exma. Sra. Leila Barros, Senadora e Procuradora Especial da Mulher no Senado;
- a Exma. Sra. Eliziane Gama, Senadora e Líder da Bancada Feminina no Senado;
- a Exma. Sra. Maria Rosas, Deputada Federal e Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados;
- a Exma. Sra. Lia Gomes, Deputada Estadual no Ceará e Procuradora da Mulher na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;
- a Senhora Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado;
- a Senhora Stella Maria Vaz Santos Valadares, Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e Programa Pró-Equidade do Senado Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo dados da ONU Mulheres, 82% das mulheres em espaços políticos já sofreram violência psicológica; 45% já sofreram ameaças; 25% sofreram

violência física no espaço parlamentar; 20% sofreram assédio sexual, e 40% das mulheres afirmaram que a violência atrapalhou sua agenda legislativa.

Pesquisa elaborada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro mostra que, entre 1998 e 2016, a cada pleito eleitoral, 16 candidatos foram assassinados, sendo que esses casos se concentraram em eleições em municípios com até 50 mil habitantes. Segundo a pesquisa, a violência se torna mais grave no caso de candidatas mulheres.

O assassinato de Marielle Franco, 5 anos atrás, é um sinal escabroso de como mulheres estão expostas à violência. No Ceará, a experiência das Procuradorias das Mulheres, em funcionamento em mais de 100 Câmaras Municipais espalhadas pelo estado, tem demonstrado que a organização de espaços de defesa e proteção da mulher podem conter este fenômeno.

A discussão deste tema pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado é de extrema importância, já que pode resultar na proposição de novos projetos de lei que visem garantir a segurança da mulher e o debate de políticas públicas que garantam seu acesso a espaços políticos seguros, livres de violência e assédio, além de promover o fortalecimento de espaços de defesa e proteção da mulher em todo o país.

Sala da Comissão, 17 de março de 2023.

Senadora Augusta Brito
(PT - CE)